

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

Carmen Beatriz Pereira Leal

Pelotas, 2015

Carmen Beatriz Pereira Leal

**Colégio Elementar Félix da Cunha (1913-1934): aspectos da cultura
escolar**

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre junto ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Arriada

Pelotas, 2015.

Universidade Federal de Pelotas/ Sistema de Bibliotecas

Catálogo na Publicação

L433c Leal, Carmen Beatriz Pereira

Colégio Elementar Félix da Cunha (1913-1934) :
aspectos da cultura escolar / Carmen Beatriz Pereira Leal;
Eduardo Arriada, orientador. — Pelotas, 2015.
127 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Educação, Faculdade de Educação, Universidade
Federal de Pelotas, 2015.

1. Colégio Félix da Cunha. 2. Colégio elementar. 3.
Ensino primário. 4. Educação e positivismo. I. Arriada,
Eduardo, orient. II. Título.

CDD: 370.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB:10/1733

Banca Examinadora

Prof. Dr. Elomar Tambara (UFPEL)

Prof^a. Dr^a. Patrícia Weiduschadt (UFPEL)

Prof. Dr^o. Márcio Rodrigo Vale Caetano(FURG)

Agradecimentos

Aos meus filhos, Eduardo e Renata pela motivação em todas as minhas trajetórias e pelo companheirismo ao longo de nossas lutas.

Aos meus pais e irmãos pelo carinho, admiração e respeito.

A minha sobrinha Helena, que contribuiu com seus saberes de Inglês

Ao Airton, uma pessoa especial, pela ajuda nas fotografias e documentos desta pesquisa.

A amiga Ariela Canielles que motivou-me a realizar a seleção neste mestrado.

Ao meu orientador Professor Doutor Eduardo Arriada pelas contribuições e as ricas sugestões.

Aos professores, colegas e funcionários da UFPEL/Pelotas, pelas sugestões e convívio, em especial a colega Cheli Meira, pelas longas conversas sobre pesquisa.

Resumo

Leal, Carmen Beatriz Pereira. **Colégio Elementar Félix da Cunha (1913-1934): aspectos da cultura escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

O estudo analisa o Colégio Elementar Félix da Cunha, durante os anos de 1913-1934. Será examinada a trajetória da escola, os prédios onde a mesma funcionou, bem como as questões referentes as escolas primárias, e o Modelo Escolar nos anos de 1930. O objetivo principal consiste em acompanhar desde a criação da escola em 1913, realizando um histórico da escola, bem como o Contexto Educacional do Rio Grande do Sul e o Contexto da cidade de Pelotas durante o período em análise. Foi feita uma busca, sobre os prédios escolares adquiridos pelo Governo do Estado, bem como a importância dos Colégios Elementares que foram criados em 1909, sendo somente instalados em 1910. A pesquisa documental analisa o Livro de Matrículas do Acervo particular da Escola, caracterizando o perfil dos alunos, através das categorias de idade, sexo, nacionalidade, etnia. Também será usado como fonte o Jornal Diário Popular. Foi constatado que o Colégio Elementar Félix da Cunha além de receber um grande número de alunos, mostrou alguns aspectos do ideal republicano, pois a construção das escolas foi uma das propagandas do regime que foi criado após o advento da República. O trabalho pretende contribuir para a história da educação, bem como mostrar dados importantes do colégio para os alunos que nela fazem parte e são carentes destas informações.

Palavras-Chave: Colégio Félix da Cunha, Colégio Elementar, Ensino Primário Educação e Positivismo.

Abstract

Leal, Carmen Beatriz Pereira. **Elementary school Félix da Cunha (1913-1934): aspects of school culture**. Dissertation (Master Degree in Education), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brazil, 2015.

The study analyzes the College Elementary Félix da Cunha, during the years 1910-1934. Will be examined the school's history, the buildings where the same work, as well as issues concerning primary schools, and the Model School in the 1930s. The main objective is to monitor from the school establishment in 1913, carrying out a school history as well as the Rio Grande do Sul Educational Background and Context of Pelotas at the time. Was do a lookup on the buildings school acquired by the State Government as well as the importance of Elementary Schools that were created in 1909, being installed only in 1910. A documentary research analyzes the Book of Registrations of private Collection of the School, featuring the profile of students, through the categories of age, gender, nationality, ethnicity. Also it will be used as source the newspaper People's Daily. It was found that the elementary Félix da Cunha College in addition to receiving a large number of students showed some aspects of the republican ideal, as the construction of schools was one of the regime's propaganda that was created after the advent of the Republic. The work aims to contribute to the history of education as well as show important data to the college students who are part of it and are in need of this information.

Keywords: College Felix da Cunha, Elementary school, Primary Education and Positivism

Lista de Figuras

Figura 1 - Primeiro Prédio onde funcionou o Colégio Elementar Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da escola (Álbum dos 100 anos).....	44
Figura 2 - Documento de aluguel do prédio do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da Escola.....	45
Figura 3 - Prédio do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da Escola. Álbum dos 100 anos.....	55
Figura 4 - Prédio de um dos primeiros colégios elementares criados em Pelotas, RS: Cassiano do Nascimento, 1913. Fonte: PERES,2011,p.86.....	55
Figura 5 - Corpo docente, colégio Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da Escola – Álbum dos 100 anos.....	59
Figura 6 - Turma de Alunos, acompanhados de sua professora. Turma não identificada. Fonte: Acervo particular da Escola Félix da Cunha. Ano (1932), escrito no verso da foto.....	60
Figura 7 - Turma de professoras do ano de 1931(no verso da imagem mencionava somente o ano). Fonte: Acervo particular da Escola Félix da Cunha (álbum dos 100 anos).....	61
Figura 8 - Documento oficial de transferência de professores. Fonte: Álbum dos 100 anos da escola (acervo particular)	65
Figura 9 - Foto atual do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Foto tirada pela autora no ano de 1983, quando veio residir em Pelotas e iniciou nesta escola suas atividades docentes.....	67

Figura 10 - Exposição dos trabalhos manuais do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Revista Ilustração Pelotense, Ano III, nº 7. Pelotas, 1º de abril de 1921, pág. 01	76
Figura 11 - Um aspecto da exposição dos trabalhos do Collegio Elementar Felix da Cunha Ilustração Pelotense nº 4, Ano III, 16 de fevereiro de 1921, p. 13. ..	77
Figura 12 - Exposição dos trabalhos manuais do Collegio Cassiano do Nascimento. Fonte: Revista Ilustração Pelotense, abril de 1921, pág. 9.	78
Figura 13 - Aula de trabalhos manuais no Colégio Elementar Felix da Cunha. Acervo particular da escola (álbum dos cem anos).....	79
Figura 14 - Grupo de alunos no dia do desfile da Pátria, sem identificação de turma.Fonte: Acervo particular da Escola Félix da Cunha. Datado de 1930 (verso da foto).	89
Figura 15 - Turma de alunos do grupo Escolar Orozimbo Maia, Décadas de 1930.Fonte: Arquivo da EEPQ Orozimbo Maia, Campinas in Souza, Rosa Fátima, p. 88.	93

Listas de Tabelas

Tabela 1 - Colégios Elementares	52
Tabela 2 - Primeiros Colégios Elementares em Pelotas	54
Tabela 3 - Colégios Elementares em Pelotas (Secção e Classes)	57
Tabela 4 - Divisão das Escolas em Pelotas	57
Tabela 5 - Corpo docente dos Colégios Elementares de Porto Alegre por gênero e Cargo de Direção – 1934	63
Tabela 6 - Corpo docente dos Colégios Elementares do Interior do Rio Grande do Sul por gênero e cargo de Direção-1934	63
Tabela 7 - 1º ano (1ª turma) – ano de 1930	98
Tabela 8 - 1º ano (2ª turma) – ano de 1930	100
Tabela 9 - 1ª ano (1ª turma) – ano de 1931	102
Tabela 10 - 1º ano (2ª turma) – ano de 1931	104
Tabela 11 - 1º ano – ano de 1932	106
Tabela 12 - 1º ano (2º turno) – ano de 1933	108
Tabela 13 - 1º ano (2º turno) – ano de 1934	110
Tabela 14 - Alunos eliminados em 1934	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I – CONTEXTO EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	19
1.1 - O Rio Grande do Sul	19
1.2 – O Partido Republicano Rio-grandense (PRR)	22
1.3 - A Revolução de 1930 e sua influência na Educação	26
1.4 – O positivismo no contexto da educação no Rio Grande do Sul	32
II – CONTEXTO EDUCACIONAL DE PELOTAS	35
2.1. Crescimento da cidade no alvorecer da década de 10	37
2.2. A educação nas primeiras décadas do século XX	39
III – COLÉGIO FÉLIX DA CUNHA	42
3.1 - Origem da escola	42
3.2 – A criação e organização dos Colégios Elementares no Rio Grande do Sul	47
3.3 – Corpo Docente	58
3.4 – Cultura escolar	72
3.4.1 – Trabalhos manuais	73
3.4.2 – A exposição de trabalhos manuais na escola	75
3.5 - O Ensino Primário no Brasil na década de 1930	80
3.5.1 - O Colégio Félix da Cunha entre 1930 e 1934	84
3.5.2 - Livro de Matrículas	84
3.6 - Análise das categorias estudadas através de tabelas	97
3.7 - Exames finais	112

CONCLUSÃO	117
BIBLIOGRAFIA	123
RELATÓRIOS.....	129
REVISTAS	130
JORNAIS	130
SITES.....	131

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo estudar a Instituição Escolar Félix da Cunha, desde a sua criação, em 1913, até os anos de 1934. Esse texto é produto de dois anos de pesquisa, de um tema específico, bem como também do espaço escolar, os Colégios Elementares, o Ensino Primário no Brasil na década e 1930, dentre outros.

O tema surgiu a partir das investigações no interior da escola, manuseando e realizando leituras no Acervo Particular da mesma, a partir daí houve o encontro com o objeto, um pouco da história do Colégio Félix da Cunha, com documentos bastante interessantes do perfil dos alunos no Livro de Matrículas do recorte temporal acima mencionado.

No primeiro momento do início da pesquisa, os espaços foram abertos, tendo em vista que durante muitos anos desempenhei minhas atividades docentes na disciplina de história no Ensino Fundamental e Médio. Como em toda a caminhada, muitas vezes encontramos desafios, houve um pouco de resistência por parte da escola em emprestar algumas fontes. Mas meu argumento pautou-se em fazê-los entender, que todas as fontes, como documentos, imagens, fotografias, livros de matrículas e exames, etc. só fazem sentido se forem trazidas para fora das gavetas, fazendo com que a história da escola não morra e que contribua para o conhecimento dos alunos, bem como faça parte de um pouco da História da Educação. A grande queixa por

da direção da escola, existe pelo motivo de que muitos estudantes, de diversos cursos superiores, procuram o educandário para estudos em áreas diversas e em nenhum momento a escola recebeu resultado dos trabalhos ora realizados.

Uma das grandes dificuldades de fazer a história das crianças é a ausência de registros por elas mesmas. Alguns autores denominam as crianças como os grandes mudos da história. Apenas narrativas pela perspectiva dos adultos, que em diferentes épocas, deixaram registros sobre o que pensavam e como tratavam a infância em especial aqueles profissionais que lidam mais diretamente com elas: legisladores, professores, escritores, pais, etc. (LOPES, 2001, p.64)

Desse modo, nos perguntamos. Quem seriam esses alunos matriculados? Como se configurava as categorias de gênero, cor, sexo, nacionalidade? Para responder a essas questões serão analisados livros de Matrículas, Atas de Exames, jornais do período, em particular os diários que eram publicados na época: Diário Popular e Opinião Pública.

Uma pesquisa científica precisa ter um bom planejamento, pois com certeza é uma boa estratégia para que a dissertação seja de boa qualidade.

Segundo Barreto e Honorato:

Entende-se por planejamento da Pesquisa a previsão racional de um evento, atividade, comportamento ou objeto que se pretende realizar a partir da perspectiva científica do pesquisador. Como previsão, deve ser entendida a explicitação do caráter antecipatório de ações e, como tal, atender a uma racionalidade informada pela perspectiva teórico-metodológica da reação entre o sujeito e o objeto da pesquisa. A racionalidade deve-se manifestar através da vinculação estrutural entre o campo teórico e a realidade a ser pesquisada, além de atender ao critério da coerência interna. Mais ainda, deve prever rotinas de pesquisa que tornem possível atingir-se os objetivos definidos, de tal forma que se consigam os melhores resultados com menor custo (BARRETO, HONORATO, 1998, p.59)

Procuramos atentar que as pesquisas são escolhas que a cada novo conhecimento com novas fontes, são possíveis de novos estudos, que até então não tinham sido buscados e indagados. Fazendo com que a partir de um novo tema, surjam estudos novos sobre o prisma da História da Educação.

Quando lançamos, vários olhares para os documentos, conseguimos enxergar indícios, que nos remetem a pistas, a partir daí conseguimos construir nossos textos. Apesar de algumas bibliografias ainda serem precárias sobre determinados assuntos, após várias leituras, sempre é possível construir algo novo.

Os documentos coletados na escola em estudo não são totalmente explícitos, faz-se necessário várias interpretações e é muito importante os jornais da época, para complementar nossas investigações.

Na perspectiva de Le Goff, nasce um olhar novo para que os documentos sejam tratados como documento/monumento:

O documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante os quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio; O documento é uma coisa que fica, que dura, o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultado de esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntário ou involuntário - determinada imagem de si própria. (LE GOFF apud ANDRADE, 2007, p. 23)

De acordo com o conceito acima é possível fazermos análises dos documentos do acervo particular da Escola, pois através deles particularidades até então anônimas ganham visibilidade. É papel do historiador, juntar pequenas pistas, pois é a partir delas que nascem informações relevantes.

O estudo é uma pesquisa, delimitada entre os anos de 1913-1934, realizada a partir de documentos do educandário, onde foram mostrados aspectos da organização e da cultura escolar do Colégio Estadual Félix da Cunha enquanto instituição de ensino.

A citada investigação aprofundou-se principalmente nos sujeitos que dela faziam parte, em relação a naturalidade, idade, gênero e etnia, dos alunos que ali estudavam neste período. O pesquisador deve sempre deixar indagações para que ele mesmo, em outros momentos ou diletantes curiosos

voltem ao mesmo espaço escolar para buscar novas descobertas em diferentes épocas, pois entendo que muitos documentos interessantes lá existem para somar à história da educação, que não foram somados a esta pesquisa por tratar-se de diferente recorde temporal.

Segundo Vieira:

A história deve ser pensada no duplo sentido do tempo: como experiência humana e como sua própria narração, interpretação e projeção. Essa experiência sobre ela, de acordo com as problemáticas que o investigador se coloca no presente que envolvem sua própria experiência de vida e as concepções das quais parte. Essa subjetividade está presente no trabalho do historiador, independente de ele se dar conta ou não, influenciando na compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana. (VIEIRA, 1991, p.29)

Este estudo, de modo geral, está dividido em três capítulos sendo estes subdivididos, com o objetivo de uma compreensão individualizada de cada assunto.

Para iniciar, o primeiro capítulo, faz considerações acerca do contexto educacional do Rio Grande do Sul, a partir do advento da República, mostrando como a escola serviu de importante elo para propagar o ideário das novas políticas e as reformas envolvendo a educação. Também apresenta o papel do Partido Republicano Riograndense e sua hegemonia, bem como as alianças que foram criadas entre a Igreja e o Estado. A Revolução de 1930, com as mudanças que aconteceram na época no campo político, econômico e ideológico. Também serão apresentadas algumas questões importantes sobre o modelo educacional positivista que foi adotado no Rio Grande do Sul, com questões oriundas da política de Júlio de Castilhos, com um novo pensamento de organizar a sociedade a partir da filosofia de Comte.

O segundo capítulo trata do contexto Educacional de Pelotas, caracterizando, os aspectos de mudanças na sociedade e também na economia que tiveram influência na educação. Foi realizado um estudo sobre

as instituições escolares que foram criadas, principalmente os grupos escolares.

Para adentrarmos nas questões inerentes do Colégio Félix da Cunha, principal foco desta pesquisa, iniciamos o terceiro capítulo tratando do histórico e origem da escola, bem como a criação e organização dos Colégios Elementares, tanto no Rio Grande do Sul, quanto em Pelotas. Serão apontadas as ideologias republicanas em torno da escola nas primeiras décadas dos anos de 1930.

Para o embasamento da problematização do Colégio Elementar Félix da Cunha, foram destacadas as obras realizadas pelo Governo do Estado, em particular a desta escola, que também fez parte da idealização do discurso republicano no que problematiza os espaços escolares. A pesquisa ainda neste capítulo mostra a importância da cultura escolar, dentro do contexto da escola, e suas análises na história da Educação através dos trabalhos manuais, corpo docente, fotografias, etc.

Em destaque neste capítulo será um estudo das categorias (gênero, nacionalidade, idade e sexo) dos alunos que foram matriculados entre 1930 e 1934, bem como duas turmas deste universo, onde foram analisados o Livro de Exames. A dissertação nos três capítulos, valeu-se do Álbum dos 100 anos, além da rica documentação do acervo particular da escola, no caso, atas, livros de matrículas, livro de exames, ofícios, etc. O jornal Diário Popular, foi importante no sentido de balizar e dirimir algumas dúvidas.

Quanto ao referencial teórico para tanto, algumas categorias de análise serão fundamentais, tais como instituição escolar, colégios elementares, cultura escolar, etc. Essas categorias serão abordadas, dentro da perspectiva da nova história Cultural, onde autores como Chartier (2002), De Certeau (2000), Julia (2001), Chervel (1990), Vinão Frago (1995). No intuito de caracterizar o período histórico em análise, serão mostradas leituras de aprofundamento, tanto no sentido de compreensão da política, da sociedade,

das relações sociais, quanto também, pertinentes à educação. Relativo ao conjunto mais amplo, autores como Skidmore (1982), Fausto (2008), Nagle (2009), Magalhães (1999), Oliveira (2012) etc. Entre os trabalhos mais pontualmente voltados para a história da Educação, salientamos: Romanelli (2010), Ghiraldelli (1991), Arriada (2007), Veiga (2007), Horta (2012), Amaral (2005), Corsetti (1997, 1998), Tambara (1995,2000), Gil (2007), Pezat (1997), Souza (1998) Peres (2000) dentre outros.

Deste modo, a dissertação teve como finalidade a compreensão das práticas e da cultura escolar dentro de uma instituição pública, particularmente no recorte temporal de 1913 a 1934. Procuramos caracterizar com mais profundidade o período compreendido entre 1930/1934, visto que esse recorte temporal nos possibilitou uma rica documentação na instituição em estudo. Esperamos assim, poder contribuir um pouco com as pesquisas e estudos sobre a história da educação.

I – CONTEXTO EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

1.1 - O Rio Grande do Sul

Em fins do Século XIX e início do Século XX aconteceram no Brasil várias mudanças na área pedagógica. Houve algumas modificações entre elas: aumento do número de alunos em idade escolar e um grande processo de transformação na organização das cidades.

Segundo Souza: neste momento histórico houve reorganização pedagógica, estrutural, e ideológica da escola primária, sendo que:

Este novo tipo de escola trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento do exame, a necessidade de prédios próprios, com a conseqüente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, ou seja, uma nova cultura escolar. (SOUZA 1998; p. 48-49)

Segundo Veiga (2007), nos primeiros anos, após a Proclamação da República o governo federal era responsável pelo ensino superior, os outros níveis de escolarização, ficava a cargo das Secretárias do Interior dos Estados, onde havia autonomia para que cada Estado fizesse sua organização sobre o assunto ora mencionado. Getúlio Vargas no ano de 1930 criou o Ministério da Educação e Saúde, o qual posteriormente começou a chamar-se de Ministério de Educação e Cultura. A partir daí vieram reformas na área da educação,

nascendo assim a preocupação em criar um projeto de nível nacional voltado para a educação. Com o advento da República, e apresentando características diferenciadas veio o Ensino Laico, pois na Constituição de 1891 era previsto a separação entre Igreja e Estado.

A formação do Rio Grande do Sul apresenta algumas peculiaridades, no intuito de analisarmos como ocorreu a estruturação do sistema educacional, em particular a criação da escola elementar durante as primeiras décadas do século XX, se faz necessário um “certo” conhecimento dessa realidade. Para tanto procuramos “mapear” alguns estudos que tratem especificamente do processo de modernização pelo qual o Rio Grande do Sul passou nesse período em questão, entre outros salientamos: Pacheco (2006), Tambara (1995), Corsetti (1998, 2007), Trindade (2004), que apresentam diferentes enfoques sobre o processo de modernização pelo qual o Rio Grande do Sul passou na Primeira República (1890-1930).

Com o estabelecimento da República em 1889, uma nova configuração se estabelece no Estado. O Partido Republicano Rio-grandense assume o poder, tendo como substrato ideológico o positivismo.

Ao longo da República Velha, ou mais pontualmente desde a sua criação, em 1889, até a ascensão de Getúlio Vargas em 1928, o Partido Republicano Rio-Grandense, entre outras questões, pautou-se pela preocupação com a questão de princípios ideológicos e de disciplina. Princípios esses, baseados nas premissas da doutrina positivista de Comte e divulgado pelas páginas do jornal A Federação:

O partido republicano rio-grandense tem de vencer, pela irresistível força de uma lei natural, pela sua composição interna, pela fina qualidade e quantidade respeitável de seus elementos, enfim, pela severa educação política e filosófica [...] orientando nossos patrícios, indicando-lhes o caminho da regeneração e descarnando as inépcias, os crimes, os desmandos da política negativa, animada ao contrário de nós outros pelos instintos de demolição, que nada repõe nos lugares onde se descarrega a machadada de pavorosos arrostamentos. (A Federação, 11.04. 1892, apud: PINTO, 1986, p. 24).

Os primeiros tempos de República no Brasil, a escola serviu de elo propagar novas políticas, principalmente as reformas. A instrução pública trouxe em seu bojo uma política voltada para a grande construção de escolas, dando a educação uma total importância, tendo em vista ser centro do ideário republicano.

Neste momento político, nasceu uma grande preocupação com os assuntos que envolvem o tema da educação, entre estes problemas o principal deles o analfabetismo, fazendo parte deste contexto movimentos sociais e políticos, bem como correntes com ideias diferentes.

De acordo com SCHUELER e MAGALDI (2008 p. 46), foi um problema percebido pelas elites tanto intelectuais como políticas, sendo que deveria ser resolvido pela sociedade. Foi um movimento objetivado pelas ligas nacionalistas, na década de 1910. Muitas associações foram criadas entre elas a Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo, que possuíam sedes em vários Estados do país.

Existia uma grande motivação pela educação tendo como característica principal a escolarização, isto representava um dos maiores problemas do cenário nacional, sua solução, estava no bojo dos demais problemas que envolviam o país nesta época. Com o grande crescimento da urbanização, bem como o desenvolvimento das indústrias, tornou-se importante vencer desafios no campo da educação, objetivando a formação de um novo cidadão, isto se daria com inovadoras pedagogias. Isto teve início com as reformas dentro das escolas. A primeira delas deu-se com a introdução do escalonovismo, que tinha como objetivos, sanar o ensino intelectualista, formalista e academicista. Naquele momento político e social o país necessitava de uma classe de trabalhadores que buscasse produzir, por isso este tipo de ensino não tinha tanta importância.

Tratando-se do catolicismo, bem como do positivismo embora em muitos momentos com pensamentos opostos, em termos de educação as

ações conjuntas que envolviam Igreja e Estado, mostraram consequências importantes, como a criação de duas redes de ensino, um ponto típico da sociedade de classes. A particular que iniciava no primário e estendia-se até o nível superior, sendo voltada para os quadros do poder, destinada as camadas elitizadas; e a pública que ministrava o ensino primário e objetivava formar trabalhadores ,envolvendo as classes populares da sociedade.

No momento em que a educação sofreu uma divisão de responsabilidades, houve uma típica ruptura comum da sociedade de classes.

No entender de NAGLE:

“O chamado dualismo do sistema escolar brasileiro, traduzido, muitas vezes na contraposição entre as escolas da elite secundária e superior e as escolas do povo primária e técnico profissional (NAGLE, 1985, p. 2006)

No Rio Grande do Sul, essa ruptura gerou uma divisão entre os alunos, existindo os que frequentavam escolas pagas e particulares e cursavam o grau superior, sendo mais tarde aqueles que iam comandar a sociedade e de outro lado os que estudavam nas escolas gratuitas e públicas, sendo a instrução recebida de ordem técnico-profissional, voltada para o mercado de trabalho.

1.2 – O Partido Republicano Rio-grandense (PRR)

Durante longo período, o Partido republicano rio-grandense atuou através de um forte discurso tendo como pressuposto fundamental a equivalência entre o partido e o novo regime. Também podemos salientar outras características da atuação do PRR, a centralidade da Constituição e uma percepção das particularidades do governo gaúcho, distintas dos demais estados da Federação.

Ao assumir o poder, os republicanos precisavam consolidar sua estrutura de dominação, para tanto, o PRR tinha um papel a cumprir. No jogo político do Estado, embora o PRR não fosse totalmente popular, não poderíamos considerá-lo oligárquico. Uma das constantes preocupações do PRR, era apresentar-se como um partido preocupado em implementar políticas eficazes e que respondessem aos interesses da população do estado. (PINTO, 1986, p. 23; BOEIRA, 2007, p. 403).

Em seu texto, Nelson Boeira, aponta três momentos do positivismo no Rio Grande do Sul: o positivismo político; o positivismo difuso; e o positivismo religioso.

No momento de dominação do positivismo difuso, o grau de consistência doutrinária atingia com força o modelo educacional.

O positivismo difuso afetou a área da educação em muitos níveis, nem todos de impacto social equivalente. Sem dúvida, a contribuição das idéias positivistas à descentralização do ensino superior em 1911, levada a cabo por Rivadávia Correia com o auxílio direto do PRR, foi marcante. Mas em nível estadual, a liberdade de ensino foi – excetuando-se os episódios de pressão sobre a Faculdade de Medicina –, constantemente respeitada. (BOEIRA, 2007: 408).

Para Tambara (2005), a principal luta dos positivistas era não permitir a intromissão do Governo Central nos Estados, além de propugnarem o direito dos mesmos em legislar sobre ensino na forma que bem entendessem. Na prática, defendiam que nem as autoridades públicas estaduais possuíam competência para atuar na esfera da educação. Assim, cabia à iniciativa particular, agir de maneira totalmente livre. Assumiam de fato, a máxima positivista, arduamente defendida pelo PRR: “ensine quem quiser, onde quiser e como puder”. (TAMBARA, 2005, p. 177). De acordo com (BASTOS, 1994, p. 4) a instrução popular e pública era tida como “umas das molas propulsoras do progresso social”, havendo com isso no Rio Grande do Sul uma política expansionista. Neste momento a educação era a principal despesa do erário público.

Com a aprovação de determinadas legislações envolvendo o tema da educação, algumas questões começaram a ter mudanças.

O Decreto n.89/1897 no seu art.1º previa a reorganização no Ensino Primário, baseado nos moldes do governo republicano, sendo: "livre, leigo e gratuito". Houve a substituição do Ensino, sendo chamado de "graus" (grifo da autora), era previsto a criação das escolas elementares, todas organizadas no mesmo grau, existindo neste momento também os colégios distritais.

O decreto n.130/1898 em seu art.2º passou a organizar o ensino das escolas elementares divididas em três classes, compostas cada uma de duas seções, sendo o professor responsável pela classificação de seus alunos a cada início de período letivo, classificando estes de acordo com o "grau de adiantamento".

Ambos decretos acima mencionados, direcionaram para um projeto grandioso, onde o ensino primário, tivesse um amplo acesso, contendo um programa, com noções que anteriormente estavam contidas na previsão do primeiro e do segundo graus.

Posteriormente com a aprovação do Decreto n.1479/1909, que previa a extinção dos colégios complementares, criando, no mesmo ato, os colégios elementares. Quanto a formação dos professores no Rio Grande do Sul, era responsabilidade da Escola Complementar de Porto Alegre, sendo mais tarde normatizada no Decreto n. 4.277/1929, o Ensino Complementar e o Ensino Normal do Estado.

Na Primeira República o ensino no Rio Grande do Sul recebeu elementos, tanto de ordem qualitativa, quanto quantitativa. Essa análise deve ser observada, tendo como prisma a coesão de elementos conjunturais e estruturais. Os estruturais dizem respeito as características que se sobressaem nessa época no âmbito da educação, envolvendo a união com questões referentes as relações capitalistas de produção que começaram a se fortalecer de forma concreta no Rio Grande do Sul, bem como em todo o país. Alguns

elementos importantes do processo de educação gaúcha envolviam os ideais católicos de um lado e de outro, a ideologia positivista, sendo que ambos se complementaram. Isso deu-se devido as questões conjunturais que estão legitimadas nos fatos que envolveram a Proclamação da República. No que diz respeito as questões estruturais foram de acordo com o modo de produção (capitalista) que o catolicismo e o positivismo foram legitimados. O Partido Republicano Rio grandense (PRR) não poderia consolidar-se no poder, se em muitas situações não tivesse o apoio da Igreja Católica. Contudo para cumprir o que era determinado pelo Clero na sua instância maior (Roma), somente poderia ser, posto em prática, com apoio do poder político. Particularizando, no Rio Grande do Sul, é singular dar importância em um primeiro momento para o Partido Republicano Rio grandense, que tinha hegemonia, sendo conceituada por BAKOS (1996) como continuísmo político, pois tanto na esfera estadual como no âmbito municipal, o PRR era o responsável pela indicação do político para a intendência da capital. Havia também as concessões a Igreja Católica, pois após a vinda da República, a mesma passou por um período de legitimidade e credibilidade. Portanto necessitava da busca de favores do Estado, existindo, entretanto, motivos de ordem estrutural que levou a criação de alianças entre Estado e Igreja.

Após a proclamação da república em 1889, o país não organizou uma política educacional que tivesse resultados eficazes. Portanto com o advento da república, os Estados passaram a ter autonomia, fazendo com que houvesse um processo de institucionalização, principalmente nas escolas primárias.

Para uma compreensão particularizada da Revolução de 30, serão mostrados alguns pontos históricos deste movimento.

1.3- A Revolução de 1930 e sua influência na Educação

Neste período serão contextualizadas algumas consequências que a Educação Brasileira sofreu, após o movimento intitulado de Revolução de 1930, movimento este que terminou com a conhecida República Velha, ou também como era conhecida de República dos Coronéis.

De modo geral uma das consequências importantes que aconteceu em nível mundial, como a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, fez com que a política econômica do governo brasileiro sofresse graves problemas. Uma série de descontentamentos, somando-se ao problema do café nos períodos entre 1920 e 1930 culminou com a Revolução de 1930, tendo como seu principal líder o político Getúlio Vargas. Com isso houve mudanças no setor educacional. São eles: a criação do Ministério da Educação e Saúde, a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova em 1932. O Manifesto foi um marco no processo educacional do Brasil, os pioneiros levaram em frente a missão, pela via da educação o Brasil à Modernidade.

Neste documento estavam elencados pontos importantes da história cultural, social, educacional e política do Brasil.

Conforme Ghiraldelli Junior:

A Revolução de 30 provocou um rearranjo na sociedade política, possibilitando o assento de setores sociais marginalizados do poder, durante a Primeira República, em diversos níveis da máquina governamental. De fato, a República Velha se caracterizou por uma paulatina modernização do país de custas da reorganização capitalista da cafeicultura. Indústria, crescimento urbano, melhoria de transporte, proletarização, etc. apareceram subjugados a política-com-leite, pela qual os fazendeiros de São Paulo se alternavam com os mineiros, no comando do país, dirigindo os intelectuais da importação do café como se fossem os exclusivos interesses da nação. O regime instaurado em 1930, aos poucos modificou e, em certo sentido, inverteu essa situação. (GHIRALDELLI, 1994, PÁG. 40)

Portanto, a partir de 1930 houve uma redefinição na esfera política, surgindo espaço para as mudanças nos setores sociais.

No período de 1930 a 1934, o governo Vargas procurou uma aproximação tanto dos liberais, como das forças conservadores, em particular a Igreja Católica. O governo desejava transformações “dentro da ordem”. Nisso o governo de Vargas foi hábil na prática de conquistar e conciliar setores divergentes da sociedade brasileira. Usava de uma política dupla: de um lado um certo rigor e aparelhamento repressor aos movimentos mais radicais, e de outro lado, a cooptação das lideranças reformistas e a decretação paternalista de benefícios sociais como salário mínimo, férias, apoio à gestante, etc. Muitos denominam essas atitudes, de implementação do populismo-trabalhista getuliano. (GHIRALDELLI, 1994; HORTA, 2012).

Convém ressaltar que havia um descompasso entre a Reformas Educacionais da época e a política industrial desenvolvida por Getúlio Vargas, tendo em vista os setores conservadores possuírem ligações muito fortes com os grandes latifundiários, acabaram por ter perdas durante a Revolução de 1930. Não havia por parte desses setores, interesses na organização do ensino primário e popular e sim uma grande preocupação na reorganização do ensino secundário e nos cursos superiores. Portanto Francisco Campos atrelou as novas exigências educacionais ao processo de industrialização, pretendido no bojo do modelo nacional de desenvolvimento proposto por Getúlio Vargas.

Segundo Romanelli:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina consequentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 2010, p.62/63).

Na época ora estudada, sendo o setor agrário muito importante para a economia, explica-se a pouca demanda na educação, juntando-se a este

fator a baixa densidade demográfica e a urbanização incipiente (ROMANELLI, 2010, p. 63).

Na década de 1930 várias mudanças aconteceram no campo econômico, ideológico e político, influenciando de várias maneiras a educação. No continente europeu alguns fatos históricos se consolidam, citam-se: o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e do stalinismo na URSS. Todas essas mudanças, acabaram por influenciar em nosso país, tanto na área política, quanto na área da educação.

É interessante observar que na época ora estudada de um lado estavam os socialistas, comunistas e intelectuais liberais que almejavam mudanças na educação, liderando um importante movimento chamado de Escola Nova, de outro estavam os conservadores e católicos, oriundos de diferentes ideologias, que defendiam um projeto de cunho conservador.

As principais divergências estão elencadas nos seguintes pontos: obrigatoriedade para todos do ensino elementar, gratuidade do ensino, currículo escolar laico e coeducação dos sexos.

Ressaltando o aspecto previsto no manifesto, que aponta a coeducação, sendo a escola seria considerada única, não havendo assim, separação dos alunos por sexo, classe, etc. Na coeducação os alunos participaram do processo educacional de modo igualitário.

Em dezembro de 1931, houve a IV Conferência Nacional, apresentada por Getúlio Vargas, a mesma tinha como objetivo mostrar um projeto educacional. Os grupos antagônicos não entraram em um entendimento, e a Igreja Católica não concordava em perder a influência que tinha no campo educacional. Tendo em vista as razões acima expostas, os participantes da conferência em um número de 26, deram a incumbência a Fernando de Azevedo de convencionar um documento que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”.

Segundo Romanelli:

Quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 (ROMANELLI, 2010, p.147)

O documento intitulado de Manifesto, almejava criar um sistema educacional a nível nacional. Abaixo os principais pontos do documento acima mencionado.

“I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme nas necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;

b) Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e em leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação.

c) O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária (7 a 12 anos) gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até os 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo, não preposta a preservar e transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum (3 anos), as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preferência manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessidade variedade de tipos e escolas: de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); De transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes

que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação Profissional para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

V. Criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos: à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino); à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) Destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos municípios. (ROMANELLI, 2010, p. 148)

Analisando os principais pontos do documento acima citado, importante ressaltar que ele veio como uma proposta de educação igualitária para todos, mesmo que os precursores do documento, fossem oriundos de classes privilegiadas, tinham como crença que, somente o acesso a educação levaria ao desenvolvimento econômico e social do país.

Segundo Xavier:

O manifesto pode ser visto como lugar de memória da educação republicana, na medida em que opera a legitimação do grupo que o assinou e promove, em nível de discurso, a validação do projeto educacional que defende, apresentando-o como o mais adequado para a reconstrução do país, segundo o ideal republicano. (XAVIER, 2002, pág. 3)

Acredita-se que existe um avanço quanto existe a inclusão da maioria da população, com novas oportunidades de acesso, mas nota-se lacunas quando não é garantido a igualdade em relação a qualidade do ensino, parece existir uma exclusão com os alunos oriundos das escolas públicas.

O governo não teve apoio para por em prática suas metas dentro de uma política educacional, pois as ações realizadas desde que iniciou a era Vargas, geraram discordância entre os católicos e os leigos.

De acordo com Nagle:

“o entusiasmo pela educação” gerou nessa época uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior a educação nos seus diversos níveis e tipos”. (NAGLE, 2009, p. 101)

Ainda quando governador do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas estabeleceu pelo Dec. nº 4.258 de 21 de janeiro de 1929, a Diretoria da Instrução Pública. E na mensagem enviada à Assembléia dos Representantes, explanava sobre o tema.

Subordinadas às suas diretrizes fundamentais, introduziram-se nesse serviço ampliações e adaptações de real conveniência, afim de atualizá-lo, mediante novos institutos e aplicação de métodos e normas que o tempo e a experiência vão aconselhando. [...] Afim de facilitar o aproveitamento de candidatos ao magistério público, foram também criadas, no corrente ano, escolas complementares nas cidades de Pelotas, Passo Fundo, Alegrete, Cachoeira e Santa Maria.

Instituíram-se ainda mais 14 grupos escolares e 239 escolas isoladas. Nomearam-se, a contar de janeiro de 1928, até 30 de junho último, 495 professores, para diversos colégios, grupos escolares e aulas isoladas. (MENSAGEM de 1929, p. 04).

Ainda na administração de Vargas, temos a aprovação do Decreto nº 4.727, de 13.12.1929, prevê ele sobre o Ensino Normal e Complementar do Estado, caracterizando em especial a Escola Normal de Porto Alegre. Em seu título 2º, artigo 7º, diz que a Escola Normal de Porto Alegre é um estabelecimento destinado à formação propedêutica e profissional de candidatos de ambos os sexos ao exercício do magistério público, em todos os graus, de acordo com o regulamento da Instrução Pública. (PACHECO, 1983, p. 214/215).

Desse modo, diversas ideias do Manifesto dos Pioneiros, assim como algumas das diretrizes da IV Conferência Nacional de Educação, serviram de orientação e apoio a toda a política dos anos 30 em matéria de educação, expressa na Constituição de 1934.

Assim é que a Constituição de 1934 estabelece os fins democráticos da política escolar do país, reconhecendo na educação “um direito de todos” (art. 149); a liberdade de cátedra, a gratuidade e a obrigatoriedade, que deviam estender-se progressivamente do ensino primário ao ensino secundário, a fim de torná-lo mais acessível (art. 150, parágrafo único, alíneas a e b). (PEIXOTO, 1983, p. 202).

1.4 – O positivismo no contexto da educação no Rio Grande do Sul

Os ideais positivistas no sistema educacional do Rio Grande do Sul, principalmente no governo de Júlio de Castilhos, estende-se por todo o mandato de Borges de Medeiros. A Constituição de 1891, considerava o Estado como sendo o responsável direto dos deveres constitucionais na área de escola primária que compreenderia o ensino elementar e complementar.

De acordo com Tambara:

Inquestionavelmente foi na área da educação que o positivismo, no Brasil obteve maior penetração. Apesar, ainda de algumas incursões na área política, particularmente no Rio Grande do Sul, com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense ao poder, com explícita inspiração comtiana e, apesar ainda do esforço hercúleo de Miguel Lemos e Teixeira Mendes na expansão da área de atuação do Apostolado Positivista no Brasil (o aspecto religioso do positivismo) foi nos estabelecimentos de ensino, que com maior sucesso, os ideais positivistas encontraram ressonância. (TAMBARA, 1995, p. 171)

No Rio Grande do Sul particularmente, em relação a outras regiões do país, o elemento militar mostrava-se contundente, bem como demonstrava influência da Maçonaria, com isso houve facilidade para que se desenvolvesse

as ideias da República. No governo do Estado a influência do positivismo teve a presença do político Júlio de Castilhos, que realizou mudanças, necessárias ao cotidiano da província, eliminando todos os tipos de situações que poderiam vir a ser impedimentos da evolução do Estado, assim objetivava organizar a sociedade de acordo com uma ordem estável e lógica de acordo com a filosofia de Comte.

O pensamento do positivismo teve sua concepção consolidada no ideário burguês de educação da Europa, trazendo influências para o Brasil.

Segundo Gadotti:

O positivismo representava a doutrina que consolidaria a ordem pública, desenvolvendo nas pessoas uma sábia resignação do seu *status quo*. Nada de doutrinas críticas, destrutivas, subversivas, revolucionárias como as do Iluminismo da Revolução Francesa ou as do socialismo. Em poucas palavras, só uma doutrina positiva serviria de base da formação científica da sociedade". (GADOTTI, 1998, p.108)

No Rio Grande do Sul o projeto político da República, envolvendo a educação, buscava mostrar o seu caráter de ordem profissionalizante que tinha como objetivo formar os cidadãos para o mercado de trabalho, fazendo com que o Estado tivesse o papel de regulador da comunidade.

As soluções propostas pelo Partido Republicano Rio grandense para resolver os problemas do Estado, apresentaram um projeto de modernização oriundo das ideias de Augusto Comte. De acordo com a teoria Comtiana, havia a proposta de construir uma sociedade diferente da existente, ou seja, racional. Pois em tempos de capitalismo o papel da educação era a formação de um novo cidadão.

Segundo (CORSETTI, 2000), governo pautado na orientação positivista, demonstrou interesses específicos que tinham na educação um instrumento para buscar a modernização. A escola foi um desses instrumentos para a construção da hegemonia, organização pelo grupo dirigente. Na

Primeira República, houve iniciativas governamentais, bem como o apoio da iniciativa privada.

II – CONTEXTO EDUCACIONAL DE PELOTAS

A charqueada marcou profundamente a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul, constituindo, durante grande parte do século XIX, e primeiras décadas do século XX, a maior fonte de riqueza do Estado. Pelotas, sendo o principal centro charqueador do Estado, se beneficiou dessa riqueza gerada.

Em meados de 1860, a região de Pelotas contava com cerca de 7.000 habitantes. A região centralizava a produção saladeril, e diversos outros produtos oriundos da pecuária, tais como: couro, sebo, graxa, etc. (ARRIADA, 1994).

Essa pujança foi percebida por diversos viajantes, em 24 de outubro de 1865, o francês Conde D'Eu hospede da família Ribas, permaneceu na cidade nove dias. Em seu livro deixou diversas observações, entre elas, esta:

Depois de se ter percorrido duas vezes em toda a sua largura a Província do Rio Grande do Sul; depois de se ter estado em suas pretensas cidades e vilas, Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na Província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. (CONDED'EU, 1981, p. 134).

Foi nas cidades que a economia de mercado se realizou, tornando-se o local privilegiado de uma série de processos ao mesmo tempo econômico,

sociais, políticos, e culturais. Em outras palavras, a emergência da urbanização associada ao capitalismo representou muito mais do que inovações na organização da produção, inaugurou novas formas de comportamentos e novos valores. (ARRIADA, 2014).

De acordo com Pesavento, (1978), a indústria charqueadora sempre apresentou problemas, o principal deles foi a concorrência com os países do Prata, bem como o lugar que ocupava a economia gaúcha em termos nacionais. Houve muitas crises, nesta atividade durante o século XIX, sendo que no alvorecer do século XX, o aparecimento dos frigoríficos, resolvendo em um primeiro momento o problema dos criadores, também empresas menores que aqui instalaram-se, fizeram com que Pelotas, se tornasse um centro industrial importante em termos de Estado.

Nas primeiras décadas do Século XX, precisamente em 1906, foi criado em Pelotas o Banco Pelotense, além de gerar desenvolvimento para a cidade e região, o referido Banco foi obra financiada pelas atividades urbanas, em particular o comércio, pela indústria Saladerile a pecuária. Mais tarde, com o pólo escravista entrando em decadência, a cidade começa a buscar outras atividades como a de bens de consumo, a produção de serviços variados, etc. Assim, a mão de obra das charqueadas e das estâncias, vieram para os centros urbanos pelas fábricas que aqui estavam estabelecendo, como por exemplo, as cervejarias Hartel e Ritter e a fábrica de fiação e tecidos pelotense. (NEVES, 2012).

Os aspectos de mudanças tanto na sociedade, quanto na economia, de várias maneiras influenciaram a educação e a criação de vários estabelecimentos de ensino na época. No aspecto econômico destaca-se a indústria do charque. No aspecto social o adiantamento na cultura da cidade foi resultado da urbanização e da importância dada aos setores que envolviam a cultura, como jornais, escolas, bibliotecas, etc. Ao trazer estes aspectos de crescimento no desenvolvimento da cultura da economia, convém elucidar que

foram oriundos da iniciativa privada, havendo por parte dos setores públicos ausência de investimentos.

2.1. Crescimento da cidade no alvorecer da década de 10

Na cidade de Pelotas (NEVES, 2012) houve crescimento das atividades econômicas no século XIX e século XX, sendo estas voltadas para serviços e para o comércio. Com estas mudanças houve a necessidade de serem criadas instituições escolares, que absorvessem a mão de obra dos alunos oriundos destas escolas. Antes deste, crescimento a educação era voltada somente para uma pequena classe privilegiada da educação.

A cidade de Pelotas era tida como um grande polo de educação, pois já tinha algumas escolas particulares que atendiam demandas de estudantes da própria cidade e também de municípios vizinhos, incluindo outras regiões de nosso Estado. As Escolas de Ensino Privado no Século XIX, eram divididas entre masculinos, femininos , chamadas de mistas. Eram encontradas também aulas avulsas que eram ministradas nas residências dos alunos ou dos professores. Muitos dos professores que exerciam suas atividades nestas instituições privadas, também ministravam aulas avulsas.

De acordo com Faria Filho (2000 p.136).

Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de lentamente, apropriar, remodelar ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação. Mas não apenas isso: a escola teve também de inventar, de produzir o seu próprio e o fez, também em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social.

Mais ou menos no ano de 1910, muitas instituições que mostraram uma forte atuação em Pelotas, encerraram suas atividades. Houve na primeira década do Século XX um aumento do número de escolas públicas, tanto estaduais, como municipais.

O fato acima mencionado pode ter acontecido “provavelmente em função das mudanças, na legislação educacional e devido à forte crise econômica que se abateu sobre Pelotas.” (AMARAL, 2003.p.76)

“Depois da capital, a cidade que mais contribuiu para o desenvolvimento da instrução da província, sendo, por isso, a que concorre com o maior número de examinadores que disputa a Porto Alegre a honra do resultado dos exames. (Jornal A Pena 02-11 1884), onde existem relatos sobre as Instituições educacionais existentes em Pelotas no final do século passado (MAGALHÃES 1998, p. 114)

Com o advento da República, além de ter sido alterada a forma de governo, foram criadas novas maneiras de pensar, principalmente as escolas primárias que tiveram um papel de destaque, estas escolas tinham como objetivo ensinar os saberes primários, como: escrever, ler e contar, também química, física e geografia, cultuando as noções cívicas.

A camada da população que era rica, ostentava hábitos variados, oriundos do contato com a cultura europeia mais especificamente com a França. A localização da cidade de Pelotas, tendo um fácil acesso através do Canal São Gonçalo, bem como a Lagoa Mirim e dos Patos, trazia a cidade companhias líricas e peças teatrais que aqui faziam suas paradas, antes de seguirem para Porto Alegre, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideu.

As ferrovias também foram vias de comunicação de Pelotas com as demais cidades do Estado, contribuindo assim para várias atividades, principalmente o desenvolvimento do comércio. Portanto durante o Século XIX e as principais décadas do Século XX existia pontos importantes que faziam com que Pelotas tivesse um diferencial em relação as outras cidades existentes no Rio Grande do Sul, citam-se neste contexto a cultura e a elegância das pessoas que aqui habitavam, resultado de muitos investimentos de homens ricos que desejam a prosperidade da cidade, sendo Pelotas uma cidade com desenvolvimento.

Pelotas, na década de 1880, era dez vezes menor do que o Rio de Janeiro. Mas tinha a mesma população de Porto Alegre e São Paulo. (MAGALHÃES, 1994, p. 77).

Neste momento foram sendo construídas tanto na capital, bem como em várias cidades do interior, prédios para abrigar as escolas, onde foram instalados os grupos escolares. Em sua maioria o grupo escolar era localizado nas ruas ou praças centrais da cidade, sendo destacado como um vistoso prédio que em muitas vezes competia com a Câmara Municipal, as residências dos abastados da cidade, e a Igreja.

{...}a proclamação da República, decorreu, pois, de uma revolta militar, da qual teve o povo participação a não aceitar sem protestos o novo regime do governo. Esta aceitação é que foi resultado da propaganda republicana, sobretudo da ação da imprensa e da influência que teve a Maçonaria. (AMARAL, 2005, p. 44)

No século XIX e alvorecer do século XX, Pelotas destaca-se das demais cidades gaúchas, havendo um grande desenvolvimento econômico. São tempos de mudanças, não somente na cidade de Pelotas, mas no país e no mundo como um todo, mudanças essas que fez com que a cidade, juntamente com Rio Grande, desenvolvesse um grande núcleo, o setor industrial. Os produtos em sua maioria eram derivados da pecuária e de outros ramos. Com o passar dos anos houve a instalação do comércio em Pelotas, isso fez com que houvesse um grande desenvolvimento, principalmente com a região central do país. O charque serviu durante alguns anos para abastecer a região mineradora do país (LEGEMANN, 1978).

2.2. A educação nas primeiras décadas do século XX

A década de 1910, em relação à educação, estava pautada por um discurso republicano que pregava o laicismo, a obrigatoriedade, e a gratuidade, ou seja, uma escola imbuída de um ideário público, sendo criados os primeiros

grupos escolares, instituições de ensino que substituem as escolas unitárias, regidas apenas por um professor. Esse novo modelo estava baseado em experiências estrangeiras (Europa e Estados Unidos), compreendia uma organização didático-pedagógica mais racional, procurava adequar-se ao processo de expansão do ensino primário nas cidades. Sua estrutura básica era: um prédio com várias salas e vários professores, uma organização dos alunos por níveis de adiantamento, divisão do trabalho docente, e adotando a correspondência entre classe, série e sala de aula (SOUZA, 2008, p. 41).

Em Pelotas, os primeiros intendentes municipais, dentre eles, Cipriano Barcelos, procuravam adequar essa nova realidade ao contexto de Pelotas. Foi em sua administração que ocorre o estabelecimento na cidade dos dois colégios elementares, o Colégio Elementar Cassiano do Nascimento, cuja inauguração ocorre em 17 de junho de 1913; e o Colégio Elementar Félix da Cunha em 14 de julho desse mesmo ano. (BARROZO; ARRIADA, 2014, p. 456).

Um ano após a sua inauguração o Colégio Elementar Cassiano do Nascimento contava com uma matrícula de 368 alunos. Por sua vez, em 1914, o Colégio Elementar Félix da Cunha, atingia 550 alunos matriculados. (BARROZO; ARRIADA, 2014, P. 457).

“No intuito de qualificar o ensino em Pelotas, no ano de 1920, o Intendente Municipal Pedro Luís Osório, inicia a construção de edifícios escolares adequados, ou seja, os grupos escolares. A criação desse modelo de escola logo foi percebido pelas autoridades públicas como algo novo, moderno e eficiente. Em seu relatório, o Intendente Augusto Simões Lopes, assim se referia: “a criação recente dos grupos escolares modificou, por completo, a posição municipal em relação ao ensino público. Este saiu fora dos estreitos limites das primeiras letras e tende alcançar um objetivo mais alto – educar integralmente – contribuindo, destarte, para elevar o nível intelectual de nossa população”. (BARROZO; ARRIADA, 2014, P. 457).

Deste modo, ao procurar garantir prédios adequados para o funcionamento dos colégios, agrupar os alunos de maneira homogênea,

nomear professores para cada classe, nomear os diretores, formular programas e regimentos. Estas foram preocupações constantes das autoridades municipais. Embora todas essas questões estivessem na pauta do dia, efetivamente havia uma preocupação em minorar as mazelas do ensino. Um esforço estava sendo realizado para tornar a escola primária, verdadeiramente uma escola moderna.

III – COLÉGIO FÉLIX DA CUNHA

O capítulo a ser desenvolvido, mostra os grupos escolares e os colégios elementares no Rio Grande do Sul. Faremos uma análise dos colégios elementares e suas contribuições para a educação em nosso Estado, onde foram construídos e organizados em cidades diferentes nas primeiras décadas do século XX.

O fim específico, será o estudo da trajetória do Colégio Elementar Félix da Cunha, mostrando os prédios onde a escola teve seu funcionamento, bem como o espaço que contemplou os fins da escola primária, sendo realizado um estudo minucioso do Livro de Matrículas da escola, mostrando o perfil do alunos que lá estudavam entre os anos de 1930 e 1934.

3.1- Origem da escola

A criação do Colégio Elementar Félix da Cunha, no ano de 1913, deu-se através do Decreto número 1935. O decreto estabelecia legalmente a criação desse educandário em 14 de fevereiro de 1913, contudo, sua inauguração só foi realizada em 14 de julho desse ano.

Muitas dessas inaugurações revestiam-se de certa pompa, não faltando os discursos das autoridades públicas. O Diário Popular de 18 de junho de

1913, noticiava a inauguração do primeiro Colégio Elementar de Pelotas. Em 14 de julho desse mesmo ano, era inaugurado o Félix da Cunha. As observações exauridas pelo orador, no caso João Simões Lopes Neto, podem certamente referendar o contexto do Colégio Félix da Cunha.

Na inauguração do Colégio Elementar, diversas autoridades estavam presentes. A solenidade foi presidida pelo Capitão Luiz Penafiel, Presidente do Conselho Escolar da cidade. O Intendente municipal, Dr. Cipriano Barcelos esteve representado pelo professor Manoel Inácio Fernandes. Como orador oficial, coube ao escritor João Simões Lopes Neto que em rápidos traços discorreu sobre a importância e o papel do ensino primário:

“Não de agora, Srs., mas desde o início da organização republicana no Rio Grande do Sul, os governos do Estado traçaram-se, todos, o estudo do problema de honra dos povos livres, o problema da instrução pública, leiga e livre, difundida e gratuita, suficiente para as urgências da vida prática das classes, capaz de impulsionar tendências superiores, que através dela se manifestassem.

A questão da instrução pública primária ou secundária por sua natureza intrínseca, complexa e característica, não tem e não pode ter uma solução definitiva; é uma questão renascente, pois a prática diária, o meio, a orientação social vem evoluindo sempre e impondo uma constante vigilância as impulsões novas que vem aparecendo. [...]

Assim, aos poucos, sob os ditames da observação e da prudência, viemos retocando os nossos programas de ensino primário, aprimorando o professorado, estabelecendo-lhe nova orientação, dotando-o de aparelhamento racional, influyendo nele um ideal entusiástico e fazendo-o fremir por atingi-lo, dando-lhe a consciência e a responsabilidade do futuro pátrio, a desdobrar-se através os enxames das crianças de hoje, que serão os homens de amanhã. [...]

Acabamos de testemunhar a declaração da autoridade competente, de estar instalado este primeiro colégio elementar de Pelotas, início de outros que se estão preparando”. (Diário Popular: 18.06. 1913).

Abaixo o primeiro prédio onde funcionou o Colégio Elementar Felix da Cunha, era situado à rua Félix da Cunha nº457.



Figura 1 - Primeiro Prédio onde funcionou o Colégio Elementar Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da escola (Álbum dos 100 anos).

Abaixo, o documento oficial do Estado do Rio Grande do Sul, autorizando a mudança de prédio do Colégio Elementar Félix da Cunha.

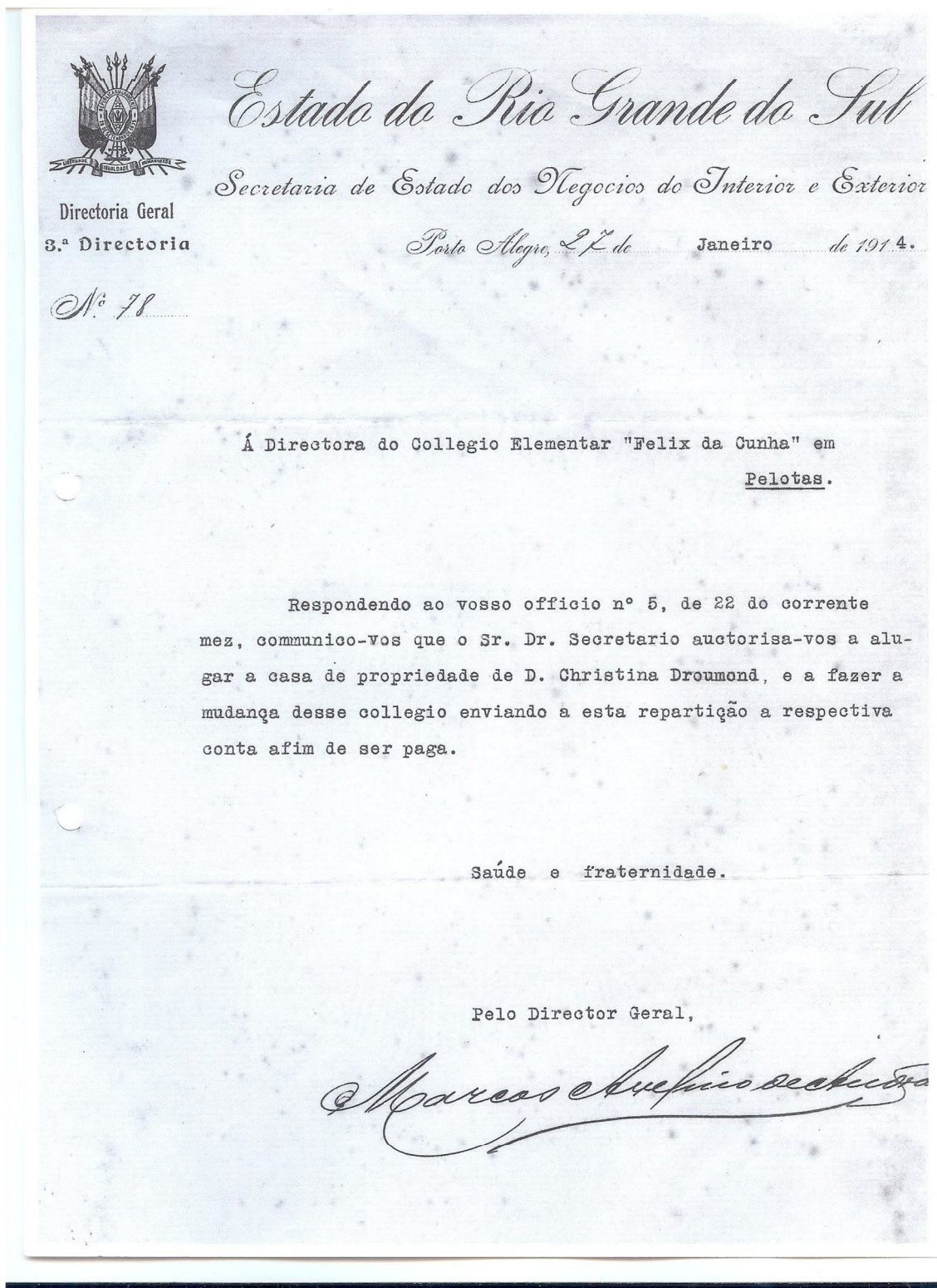


Figura 2 - Documento de aluguel do prédio do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da Escola.

O patrono da Escola era o Sr. Félix da Cunha¹ que nasceu em Porto Alegre- RS. Era formado em Ciências Sociais e Jurídicas na Academia de São Paulo em 1864. Além de artigos políticos e literários dispersos em jornais, publicou um drama, denominado de “Vitor”.

Conforme Souza:

“A atribuição de nomes de ruas, instituições e monumentos públicos,compreendem formas simbólicas de se perpetuar uma história local e nacional, representada pela exaltação de heróis,ou homens ilustres da política,economia e atividades culturais.” (SOUZA, 1997, p. 27).

Foi um emérito propagandista do Partido Liberal, também atuou como jornalista, poeta, escritor, advogado, dramaturgo e orador. Com seu talento a todos impressionava.

À 21 de fevereiro de 1865, na capital, deixava de existir o poeta, orador primoroso, jornalista de fibra – Felix da Cunha – cujo nome laureado o benemerito governo do Estado deu a um dos collegios elementares desta cidade. Para a memoria luminosa do excelso rio-grandense erguemos, neste dia, uma oblação sincera de admiração e de respeito (DIÁRIO POPULAR, 1917, 20 de fev., p. 1).

Segundo Souza: Ao se estabelecer os Grupos escolares recebiam denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a causa da instrução pública, o Estado fez da Escola primária nas primeiras décadas. republicanas, o suporte de mais de um símbolo- o tributo à memória de importantes autoridades políticas.A figura do “patrono” vinculado a escola, a uma determinada herança e memória social e política.Estabelecia ainda, uma identificação entre as finalidades morais, sociais e culturais da escola e as qualidades enaltecedoras do patrono. (SOUZA, 1997, p. 28).

¹Na décima primeira legislatura de 1861 a 1864, foi deputado geral. Félix da Cunha não cessava de evangelizar e comunicar as populações da província a sua alma patriótica e seus ideais grandiosos passando seus aprendizados as gerações rio-grandenses,pois participava de grandes feitos épicos da legião republicana de 1835.Após sucessivas e crescentes triunfos eleitorais, veio a morte prematura em 1865,apenas com 32 anos. (Acervo particular da Escola, álbum dos 100 anos)

3.2 – A criação e organização dos Colégios Elementares no Rio Grande do Sul

Os Colégios elementares foram estabelecidos no Rio Grande do Sul no ano de 1909. Aproveitando a infraestrutura das escolas complementares, essas escolas foram transformadas em colégios elementares. Desde 1906, elas tinham a finalidade de desenvolver o ensino elementar e preparar candidatos para o magistério público primário.

Em decorrência do Decreto nº 1479, de 26 de maio de 1909, ficava determinado:

Modifica o programa do ensino complementar e cria colégios elementares no Estado.

Presidente do Estado do RGS, considerando que as escolas complementares tem, de acordo com o artigo 5º do regulamento da Instrução Pública, por fim desenvolver o ensino elementar e preparar candidatos ao magistério público primário.

Considerando que na recente inspeção feita pela Inspeção geral da Instrução Pública verificou-se que a maior parte desses estabelecimentos não preenchem o fim para que foram criados, excetuando o da capital; e

Considerando, finalmente, que na atualidade não será possível, sem modificações radicais nos programas daqueles estabelecimentos, torna-los úteis, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 20, n. 3, da Constituição,

Decretar:

Artigo 1º - O ensino complementar continuará a ser ministrado na capital do Estado pela “Escola Complementar”, tendo por fim desenvolver o ensino primário e preparar candidatos ao magistério primário elementar. (A FEDERAÇÃO - Porto Alegre, 31 de maio de 1909).

As instituições de ensino do Estado tinham a nomenclatura de Colégios elementares, eram divididos conforme a frequência de seus alunos:

os chamados de terceira entrância eram os que tinham mais de 400 alunos, onde deveriam ter o número de oito professores, os chamados de segunda entrância, com o número de 300 alunos, onde deveriam ter seis professores e os que tinham entre 200 e 300 alunos, possuíam cinco professores. Em casos em que houvesse uma diminuição de alunos com a frequência baixa de 200 alunos, passava a ser denominada de Grupo Escolar, sendo rebaixado de entrância, podendo haver seu funcionamento em um único prédio com a denominação de grupo escolar, com o número de três ou mais professores (CORSETTI, 1998, p. 310). Os colégios elementares foram organizados em um primeiro momento nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, com uma fiscalização bastante rigorosa onde era ministrado o ensino graduado.

Entretanto, é preciso reconhecer que os colégios elementares mantiveram matrículas elevadas, as vezes superava as condições de espaço disponível. Não foram poucos os alunos que, após cursarem o ensino elementar ali ministrado, tornaram-se professores. Por sua vez muito dos professores que atuam junto aos colégios elementares responsabilizaram-se pelos cursos de aperfeiçoamento de docentes em vários municípios.

Segundo a Diretoria da Instrução Pública do Estado:

Acredito que a conversão das escolas urbanas em colégios elementares produza melhores resultados, pela ampla fiscalização do ensino, seu método, exata regularidade do horário e, principalmente, pelo estímulo entre professores. Acham-se instalados 12 colégios como V. Ex^a verificara pelo resumo seguinte: 9 foram instituídos em 1910 e 3 no corrente ano. Nestes estabelecimentos, onde o ensino é graduado, prevalece a divisão em classes, aprovada pelo art. 11 do decreto nº 1576, de 27 de janeiro de 1910 (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1911, p.16)

A capital estava sem nenhum estabelecimento de ensino e no interior do Estado do Rio Grande do Sul existiam o total de 12 colégios elementares. Somente no ano de 1913, foram criados dois colégios elementares em Porto Alegre.

No ano de 1914, eram 29 colégios elementares no Estado do Rio Grande do Sul, totalizando o número de matrículas em oito mil.

Segundo relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

Nos colégios elementares, com matrícula superior a oito mil alunos, foi adotado, como convinha ao ensino e conforme opinião emitida por congressos pedagógicos, o regime misto ou de co-educação dos sexos. Assim, facilita-se a divisão dos alunos por seções, tendo por critério o grau de conhecimento, de sorte a permitir que toda a seção esteja durante o tempo de lição interessada. (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1914, p. 9).

Ao mesmo tempo em que existia o funcionamento dos colégios elementares, houve também no Rio Grande do Sul a instalação dos grupos escolares. No ano de 1915, existia o funcionamento de três, nas cidades de Cachoeira do Sul, Dom Pedrito e São Luiz. Os colégios elementares do Rio Grande do Sul foram criados através do Decreto 1479/1909. A partir desta data a escola teve uma nova organização, fazendo parte o seguinte quadro: diretor, secretaria, um professor, regente para cada classe, com gabinetes, salas biblioteca.

Segundo Luchese:

Ao estudar os colégios elementares se coloca foco na institucionalização, na divisão de um modelo escolar nas escolas graduadas e a expansão do sistema público estadual de ensino, tendo como pano de fundo o ideário positivista. Refletir sobre o modelo de escola urbana, seriada, com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento, contribuiu para conhecermos as peculiaridades da história da educação do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país e também para conhecermos as relações entre o prescrito e o realizado na difusão desse novo modelo escolar, denominado no restante do Brasil como grupo escolar.²

²LUCHESE, Terciane Angela e Kreutz, Lúcio. Das escolas de improviso as escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares na Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul, In. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas. V. 12. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/DA%20PRESCRICAO%20A%20REALIZACAO-OS%20COLEGIOS%20ELEMENTARES.pdf> acessado em 17 de maio às 17h.

A instrução pública era um ponto que se destacava quando o estado de Rio Grande do Sul iniciava seu processo de modernização. A escola era o espaço onde o espírito desenvolvido no ideário republicano. Na prática os projetos envolvendo a educação não eram postos em prática, os problemas envolvendo a sociedade eram múltiplos como por exemplo: os salários dos professores eram baixos, as verbas destinadas a educação eram pequenas, as escolas não possuíam uma estrutura física que viessem de acordo as demandas.

Para um melhor entendimento da criação dos Colégios Elementares (1909) no Rio Grande do Sul, importante atentar para fatos históricos importantes acontecidos, como a Proclamação da República em 1889 e o federalismo que esteve presente nos primeiros anos do Brasil-República, fazendo com que nosso Estado tivesse uma organização diferenciada no âmbito administrativo e político do restante do país.

De acordo com Peres:

[...] O arquiteto dessa organização foi Júlio de Castilhos, líder do PRR e o único autor da Constituição Estadual de 1891. Nessa Constituição, Castilhos procurou moldar o Estado rio-grandense de acordo com os princípios positivistas do Augusto Comte³. A doutrina política plasmada pelo líder do PRR e por ele impregnada na Constituição Estadual, ficou conhecida como Castilhismo. Eleito ainda em 1891, como primeiro governante republicano constitucional do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos governou o Estado de forma centralizada, autoritária, ditatorial e violenta, sempre respaldado pela Constituição que ele próprio redigira (PERES, 2000, p.80)

De acordo com Peres, anteriormente a criação dos Colégios Elementares existentes no Rio Grande do Sul, haviam Escolas Complementares que foram criadas pelo Decreto Estadual 874/1906. Estas escolas tinham o curso elementar e o curso complementar com duração total

³ Sobre este assunto ver trabalhos como o de Elomar Tambara. Positivismo e Educação. A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo, 1995.

de três anos. No Estado havia o total de quatro escolas respectivamente nos municípios de Porto Alegre, Santa Cruz, Montenegro e Santa Maria. Segundo a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, datado de 1908, a escola de Porto Alegre, era a única que demonstrava condições de funcionamento, sendo que as demais geravam despesas ao Estado. Os argumentos para que as Escolas Complementares fossem substituídas pelos Colégios Elementares, deu-se devido a baixa qualidade dos candidatos ao Magistério que haviam estudado nestas escolas.

No Rio Grande do Sul, todos os Colégios Elementares que surgiram foram devido aos resultados negativos, das escolas complementares.

A partir da criação dos Colégios Elementares, que foram resultantes da experiência nada positiva, ou seja após o fracasso dos colégios distritais:

São incontestáveis as vantagens que advém da reunião de professores sob direção impessoal. A divisão do trabalho tomando cada professora a seu cargo a instrução de grupos de alunos até determinado grau, a emulação exaltada, a pontualidade diariamente fiscalizada, a possibilidade de funcionarem aulas em prédios melhores e com incalculável utilidade para a higiene escolar são, sem dúvida, evidentes vantagens de tais colégios (...)

A principal vantagem que não parece advir dessa organização é permitir do professor ocupar-se durante todo o tempo da aula, com a turma que progride em nível de aprendizagem igual mas sem uniformidade (Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1909, apud PERES, 2000)

Vários aspectos foram importantes para a organização, e funcionamento dos Colégios Elementares. Entre estes destacam-se: fiscalização do trabalho dos professores, seleção dos livros, formulação de regimentos e programas, escolha de professores para ministrar aulas em cada classe. Os prédios escolares, muitas vezes não apresentavam estrutura para o funcionamento dos Colégios, bem como os valores dos aluguéis oneravam o erário público, havendo um comprometimento com a verba destinada para a educação.

Nos relatórios emitidos pelo poder público do Estado, existia uma preocupação em construir prédios para escolas, demonstrando assim, grande destaque para instrução, mencionada como um problema de ordem social.

Edifícios importantes pela capacidade e adequada construção, que obedece aos modernos preceitos da higiene das habitações escolares, acham-se em execução ou estão sendo projetados e orçados. Alguns ficam situados na Capital do Estado, outros se destinam às zonas de fronteira, tendo V.Ex. recomendado, quando estes que se organizem, dois tipos de construções: um para colégios elementares, nas cidades, e outro para escolas rurais isoladas. (Relatório de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 5)

Tabela 1 - Colégios Elementares

Prédios de propriedade do Município	Prédios de propriedade do Estado	Prédios Alugados
Ijuí	São Gabriel	Caçapava
Taquari	Bagé	Caxias
Santa Cruz	Livramento	Bibiano de Almeida/Rio Grande
São Jerônimo	Jaguarão	13 de Maio/Porto Alegre
Bento Gonçalves	Cachoeira	Arroio Grande
	Felix da Cunha/Pelotas (grifo nosso)	Monte Negro
	Cassiano do Nascimento/Pelotas	Passo Fundo
	Rio Pardo	Uruguaiana
	São Luiz	Dom Pedrito
	Voluntários da Pátria/Porto Alegre	Taquara
	Souza Lobo/Porto Alegre	Cruz Alta
		Alegrete
		Quaraí
		Itaqui
		São Borja
		Juvenal Miller/ Rio Grande
Total: 5	Total: 13	Total: 16

Fonte: Relatório da Diretoria de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1921, vol. II p. 189.

Ao analisar o quadro acima, é importante ressaltar que em um mesmo momento, existiam prédios pertencentes ao Estado e ao município, mas a maioria eram prédios alugados. Os prédios que eram próprios, dividiam-se em duas modalidades, as casas que o governo do Estado adquiriu onde foram adaptadas para o funcionamento das aulas e as que foram construídas com o objetivo de serem escolas.

Durante o período denominado de Primeira República, o governo do Estado, construiu poucos prédios escolares, e nos espaços adaptados continuou funcionando a maioria das aulas, ou em casas residenciais que eram compradas pelo estado ou naquelas que eram alugadas.

3.2.1 - Os colégios elementares em Pelotas

No início do Século XX em Pelotas, o momento era de implementação de muitas melhorias no espaço urbano. As instituições escolares são um exemplo importante destas melhorias. Além de difundir as ideias republicanas, estavam contribuindo na formação de um novo cidadão em consonância com o novo regime ora estabelecido. No momento, foram analisadas, muitas imagens as quais mostram tanto as práticas escolares, quanto as instituições da época, convém citar: Revista Ilustração Pelotense, Jornal a Opinião Pública, Almanach de Pelotas, Diário Popular, Álbum do Centenário, etc.

Na década de 1910, havia uma preocupação intensa pelo ensino primário, com uma grande expansão da rede pública de ensino no âmbito estadual. Neste contexto foram criados dois colégios elementares. Foi no Governo de Cypriano Corrêa Barcellos que aconteceu em Pelotas a modernização na área urbana, posteriormente a preocupação com os prédios escolares deu-se no governo de Pedro Luiz Osório. Com as primeiras metas para a organização da rede pública, foram criadas dois colégios elementares

em Pelotas, o Félix da Cunha (foco de estudo desta dissertação) e o Cassiano do Nascimento.

O acontecimento nas palavras de Cypriano Corrêa Barcellos, intendente na época:

“não há muito, mandou o governo do Estado estabelecer dois collegios elementares na cidade, cuja inauguração effectuou-se respectivamente, a 17 de junho e 14 de julho.” (Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913, p. 11).

Os colégios elementares situados na cidade cresciam muito, tanto em importância, quanto também em número de alunos.

Conforme Cypriano Corrêa Barcellos:

“É excellente o Estado desses bem montados estabelecimentos, cujas direcções não poupam esforços para desenvolvê-los ainda mais.” (Relatório Intendencial de 1914, p. 23.).

Tabela 2 - Primeiros Colégios Elementares em Pelotas

Colégios Elementares	Número de Alunos
Colégio Elementar Cassiano do Nascimento	368 alunos
Colégio Elementar Félix da Cunha	550 alunos
Total de alunos	918 alunos

Fonte: Tabela elaborada pela autora com os dados extraídos do Relatório Intendencial de 1914.

Existia uma diferença em números entre os estudantes dos Colégios Elementares (Oliveira – 2012), pois eram seriados e com professores que ministravam aulas de determinadas disciplinas, com os estudantes das aulas isoladas. Com estas informações é possível grifar que o estabelecimento das escolas pelo governo estadual surtiram efeitos positivos no ensino em nível municipal.

Seguem abaixo, fotos dos prédios dos primeiros colégios elementares criados em Pelotas:



Figura 3 - Prédio do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da Escola. Álbum dos 100 anos



Figura 4 - Prédio de um dos primeiros colégios elementares criados em Pelotas, RS: Cassiano do Nascimento, 1913. Fonte: PERES,2011,p.86

O primeiro prédio onde funcionou o Colégio Elementar Félix da Cunha foi na rua que tem o mesmo nome do educandário, onde outrora

funcionou o Cartório da 2ª Zona de Registro Civil. Hoje o cartório encontra-se localizado na Rua Gonçalves Chaves, esquina Rua Tiradentes. A primeira diretora a Profª. Maria Delfina Caminha. Nesta mesma época o prefeito do Município de Pelotas era o Sr. Cipriano Correia Barcelos sendo o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. Com a expansão do número de matrículas, o prédio localizado na Rua Félix da Cunha não foi mais suficiente para comportar o excessivo número de alunos, havendo a necessidade de mudança para outro prédio mais adequado.

Conforme documento,

O Collegio Elementar Felix da Cunha, competentemente dirigido pela exma. sra. D. Maria Delfina Caminha, vae funcconar, de ora em diante, num magnifico predio, muito proprio para um estabelecimento dessa natureza. E' a casa de propriedade da exma.viuva do dr.Alvaro Drummond de Macedo, á rua Gonçalves Chaves, esquina Barão de Butuhy n. 601. O governo do Estado acaba de alugar o esplendido predio, devendo por estes dias effectuar-se a mudança do Collegio Elementar Felix da Cunha, que se reabrirá a 1ª de março. (Diário Popular, 1914, 31 de jan., p. 1).

As primeiras alunas que foram matriculadas na escola foram: Maria Camorali, Elisa Camorali, Araci Vieira, Elmira Brum, Maria Brum, Ibrahima Corrêa Silva, Maria C. da Silva, Albertina Nusbaun, Clara L. de Brito, Maria Lobato, Maria de M. Garcia, Maria Emília Campos, Umbelinda de Campos, Alfredina Costa e Idylia de C. Rolão. Completando a lista acima mencionada e no arquivo particular da Escola não estavam elencados os demais nomes de alunos. O educandário atingiu um total de 240 alunos matriculados em seu primeiro ano de funcionamento.

De acordo com o Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914 pelo intendente Engenheiro Cypriano Correa Barcellos, os Colégios Elementares de Pelotas, eram de excelente estado, sendo que as direções não poupavam esforços para desenvolvê-los cada vez mais. Segundo o intendente, estes colégios eram dignos de preito de Justiça e louvor.

Tabela 3 - Colégios Elementares em Pelotas (Secção e Classes)

1ª Secção	2ª Secção	3ª Secção – 1ª e 2ª – Classe
1ª Classe • D. Braulinda Fernandes • Maria Angelica dos Santos • Diva Silveira • Maria Soledade Grainho	1ª Classe • D. Maria da G. Duarte Forbes	1ª e 2ª Classe • D. Maria Delfina Caminha
2ª Classe	2ª Classe	
• D. Adelaide Torres de Araujo Aguiar	• D. Olinda M. AntoniaParadedda	

Fonte: Diário Popular. 20/09/1914, p. 23. Tabela elaborada pela autora.

Tabela 4 - Divisão das Escolas em Pelotas

Tipos	Nº de Escolas	Matrículas	Frequência
Públicas	Urbanas: 15 Suburbanas: 5	1570	1253
Subvencionadas	11	371	328
Municipais	Urbanas: 14 Rurais: 1	869	623

Particulares	50	1372 Geral: 4182	1133 3337
Ensino Secundário	7	941	864

Relatório apresentado ao Ex^o Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros – Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Dr. Protásio Antônio Alves. 8/9/1913. Fonte: Diário Popular de 8/9/1913- pág. 317

Ao analisar a tabela acima, é mostrado os Colégios Elementares em 1913, no município de Pelotas. O destaque principal é em relação aos tipos existentes para a época. Elas dividiam-se em públicas e particulares. As públicas dividiam-se em urbanas e suburbanas, e as municipais, dividiam-se em urbanas e rurais. As particulares, pelo que observa-se mostravam um número expressivo de escolas, com números de matrículas bem elevados, inclusive de frequência.

3.3 – Corpo Docente

A figura do diretor (ERMEL, 2011) passa a ser de suma importância, sendo responsável pela organização nas escolas, demonstrando hierarquia no espaço escolar. Tinha ele o papel de supervisionar as atividades inerentes ao corpo docente, seguindo as normas oriundas das autoridades do governo.

Ainda segundo Ermel:

O diretor passou a ser porta-voz entre escola e o governo, um mediador que descrevia a situação escolar, comentando atividades, fornecendo dados e apresentando problemas do corpo docente e discente como cargo de nomeação, oferecido por honra e/ou distinção no magistério, o diretor era visto como uma autoridade do ensino, um legítimo representante do governo na escola. (ERMEL, 2011, p. 66).



Figura 5 - Corpo docente, colégio Félix da Cunha. Fonte: Acervo particular da Escola – Álbum dos 100 anos.

O corpo docente do Colégio Elementar Félix da Cunha em 1913 era formado pelas seguintes professoras: Prof^a Maria Delfina Caminha (1^o Diretora), Prof^a Braulinda Fernandes, Prof^a Olinda Paradida, Prof^a Maria da Glória Duarte Fortes, Prof^a Ottylia Lopes, Prof^a Adelaide Torres Araújo de Aguiar.

Nas fotografias onde constam o corpo docente, a figura da Diretora da escola, geralmente aparece numa posição hierarquicamente saliente, ou seja na frente, no centro e sentada.

Escrever sobre as professoras entre final do século XIX e início do Século XX são questões que necessitam ser investigadas futuramente, pois os dados sobre o assunto são muito precários.



Figura 6 - Turma de Alunos, acompanhados de sua professora. Turma não identificada. Fonte: Acervo particular da Escola Félix da Cunha. Ano (1932), escrito no verso da foto.

De acordo com Schueler:

A história de homens e mulheres no Magistério, os processos de formação e as transformações históricas no exercício da docência (feminilização, desmaculinização, hierarquização, especialização do trabalho, etc.) ainda permanecem como questões a serem detidamente investigadas. A participação de professores e professoras no processo de produção de saberes, livros e materiais escolares, bem como sua atuação nos processos políticos de constituição de formas associativas como lugares de sociabilidades profissionais, constituem interessantes problemas de pesquisa a explorar. (SCHUELER, 2005, p. 18)

Alguns autores, escreveram sobre esse assunto no Rio Grande do Sul entre eles Berenice Corsetti (1998) e Elomar Tambara (1998).

De acordo com (Peres, 2011) em relação as questões de gênero na profissão docente, já é comum afirmar que o magistério primário tornou-se entre o final do Século XIX e início do Século XX, uma ocupação

predominantemente feminina, embora como foi dito anteriormente as fontes sobre o assunto ainda são poucas.

Ainda de acordo com Peres:

Não se poderão discutir o processo de feminilização do magistério ,apontar uma causa única como responsável por esse fenômeno. Ele é resultado de um conjunto de elementos, sociais, culturais e econômicos, decorrentes das transformações que se operavam na sociedade na virada do século e também de um conjunto de mudanças no próprio processo de escolarização (aumento das aulas femininas, por exemplo). (PERES, 2011, p. 181).

Todas estas explicações acima enunciadas mostram a realidade da época (Figuras ilustrativas nº 5 e 7) bem como a realidade atual em nossas escolas, onde a maioria do corpo docente é formada por professoras, embora o número de professores tenha crescido nas últimas décadas.



Figura 7 - Turma de professoras do ano de 1931(no verso da imagem mencionava somente o ano). Fonte: Acerto particular da Escola Félix da Cunha (álbum dos 100 anos).

Os candidatos a professores das escolas isoladas, eram selecionados através de concursos, estes eram aplicados nas sedes dos

municípios, perante examinadores e os inspetores. Na Primeira República, o processo educacional não seguia um padrão ético, sendo que a questão partidária, apresentava papel preponderante para a contratação. Para o ingresso, no Ensino Público durante a Primeira República eram necessários alguns requisitos: professor pertencente ao sexo masculino e a idade era de vinte e um anos completos, sendo que as mulheres deveriam ser solteiras e ter vinte anos.

E caso fosse casada, poderia ingressar com qualquer idade. De acordo com Carvalho (1993) a mulher tinha seu papel não limitado à reprodução, mas sim à família, que desempenhando o papel de mãe, teria a responsabilidade de formar o futuro cidadão.

Os diretores que administraram os primeiros colégios elementares, foram escolhidos dentre os inspetores escolares. Em relação ao gênero feminino, era necessário que as mulheres tivessem qualificação e fossem reconhecidas como tal pela sociedade, só assim estariam aptas a assumirem tais encargos, como o de Diretora das escolas, por exemplo. Para (Souza e Filho) deslocar inspetores, função de alto grau de confiança e credibilidade, para ocupar a direção dos colégios, demonstra a importância que era atribuída a esse cargo.

Segundo Peres:

É interessante notar, também, que dos nove primeiros colégios instalados no Estado, apenas um ficou a cargo de uma mulher, o de Santa Maria; em todos os outros o cargo de direção ficou sob a responsabilidade de homens. Essa é uma realidade que se manteve em anos posteriores, alterando-se paulatinamente até o final da década de 20 havia uma ligeira superioridade em termos de números absolutos de mulheres a frente das direções dos colégios elementares, o que não acontecia, ainda, em relação aos grupos escolares: dos cinquenta colégios elementares em funcionamento em 1929, trinta e cinco eram dirigidos por mulheres e quinze por homens; dos trinta e oito grupos escolares, vinte e um eram dirigidos por homens e apenas dezessete por mulheres (relatório da secretaria dos negócios do Interior e Exterior 1929, Apud PERES, 2008, p.95).

De acordo com (Tambara 2000) são mostrados os dados inerentes aos colégios elementares e grupos escolares no ano de 1934. Os números mostram a relação existente entre gênero/direção e gênero docência.

Tabela 5 - Corpo docente dos Colégios Elementares de Porto Alegre por gênero e Cargo de Direção – 1934

	Feminino	Masculino	Total
Docentes	354	0	354
Diretoras	08	0	08

Fonte: Tabela apresentada por Elomar Tambara (2000) p.293

Tabela 6 - Corpo docente dos Colégios Elementares do Interior do Rio Grande do Sul por gênero e cargo de Direção-1934

	Feminino	%	Masculino	%	Total
Docentes	639	95,23	32	04,75	671
Diretores(as)	30	66,66	15	33,33	45

Fonte: Tabela apresentada por Elomar Tambara (2000) p.293.

Segundo Tambara (2000) os dados mostrados (nas tabelas acima) nos anos 30 mostram que na capital do Estado os Colégios elementares o número de professoras somaram-se 100% e no interior do Estado, 95,23%. O mesmo autor acrescenta que estes dados demonstram mudanças no interior do Estado:

Diz ele:

(...) nos Colégios elementares do interior, apesar de representarem apenas 4,75% dos docentes, os homens ocupam a direção em 33,33% dos Colégios. Mas o aspecto que chama mais atenção é que dos 15 colégios elementares que tem diretores do sexo masculino, em 12 (80%) o diretor era o único homem do colégio. (TAMBARA, 2000 p. 292)

Após uma ano depois de sua criação, ou seja, em 1914, o Colégio Félix da Cunha, instalou-se na Rua Gonçalves voltado a face do lado Sul, para

a Rua Barão de Butuy, onde atualmente encontra-se instalada a 5ª Coordenadoria de Educação.

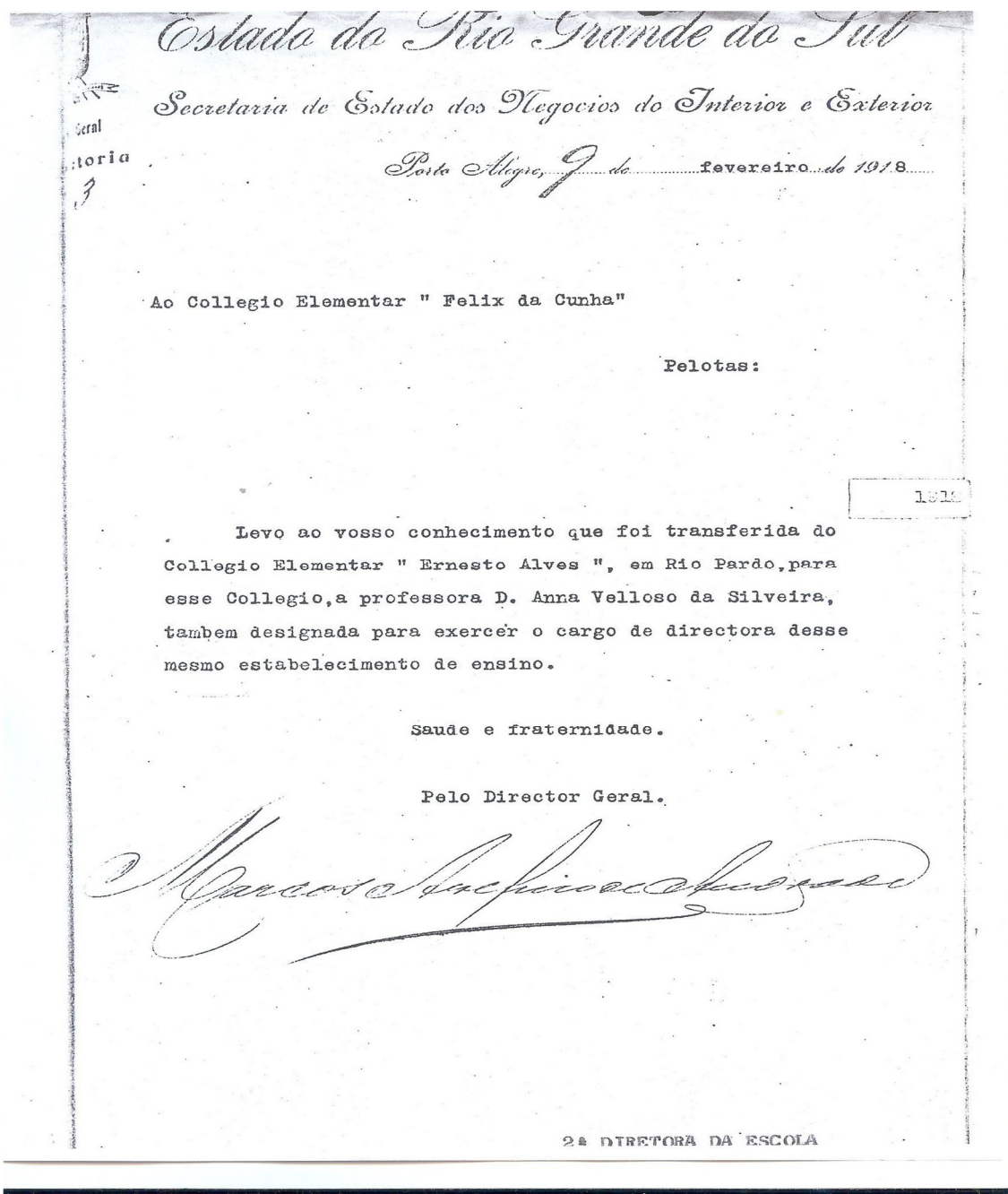


Figura 8 - Documento oficial de transferência de professores. Fonte: Álbum dos 100 anos da escola (acervo particular)

No que diz respeito ao documento acima postado, durante a época, quando os professores fossem transferidos, sempre era enviado um documento oficial de transferência para a escola onde o mesmo (a) iria desenvolver suas atividades docentes.

A matrícula de alunos do ano de 1914, momento em que a escola trocou de prédio era de 369 alunos e a média de frequência de 338.

No ano de 1917, o prédio foi comprado pelo poder público do Estado, o documento foi redigido da seguinte forma: “a transação foi effectuada por 50 contos de réis, quantia essa entregue, ante-hontem, pela Mesa de Rendas do Estado, à exma.viúva do Dr. Drumond de Macedo”. (Diário Popular, 1917, 13 de abril, p. 2) (vide figura nº 2)

Segundo dados disponibilizados pelo Álbum de Acervo Particular dos 100 anos da Escola, há escritos que no Colégio em estudo como nos demais colégios elementares vigentes no Estado, eram ministrados rudimentos de música e o ensino de inúmeras artes manuais, (Atas de Exames Finais de 1933-21/11/1933) segundo esses documentos os alunos, realizavam, peças de costuras, bordados e trabalhos de madeira. Sendo que os trabalhos manuais na sua maioria eram trabalhos de agulha e de cartonagem, também de desenho e de costura (página 19 do documento acima mencionado) onde os alunos poderiam iniciar-se no preparo de adornos que constituem encantos e beleza de um lar, sendo que os alunos menos favorecidos pela fortuna, seria um meio de sobrevivência para vencer as dificuldades financeiras.

Em 1944 a Escola passou a funcionar no prédio atual, situado á Rua Benjamin Constant nº1459, pelo mesmo motivo anteriormente citado, havendo um aumento do número de matrículas. Embora o prédio tenha saído de uma zona central e ter ido para uma zona mais periférica, as construções deveriam ser organizadas de acordo com as propostas de ensino que estavam acontecendo naquele momento, como espaços para a sala do diretor, bibliotecas, espaços no pátio para a prática da educação física, bem como outros. De acordo com Ermel (2011) Protásio Alves mostrou grande interesse na construção de prédios escolares, sendo uma das medidas para que o ensino fosse ministrado no Rio Grande do Sul. O prédio do Colégio Félix da Cunha,foi comprado pelo Governo do Estado, conforme documento abaixo.

Data de 26 de maio de 1952 transcrita uma escritura pública de compra e venda, lavrada em 05 de janeiro de 1952. Sendo transmitente – Osmy Maciel Ribas e Anna Joaquina Leopoldina Braga Ribas e adquirente – Estado do Rio Grande do Sul. (Livro 3-M, Folha 284, nº de Ordem 15.851.

O Estado mostrava sua preocupação em relação a instrução pública, pois a mesma era tida como um dos problemas que envolvia o Estado na época.

Segundo Ermel:

Um inventário dos prédios escolares próprios do Governo do Estado no ano 1917, descreve que a Capital possui a Escola Complementar, o Grupo Escolar Voluntários da Pátria, o Colégio Souza Lobo e a 21ª escola de 3ª entrância, da Avenida Bom Fim, todos na capital. No interior do Estado: os colégios Visconde de São Leopoldo, em São Leopoldo; Félix da Cunha, em Pelotas e o da cidade de Santa Maria. Neste mesmo ano foi autorizada a compra do prédio em que funcionava o Colégio Elementar de Bagé. (ERMEL, 2011, p. 92).



Figura 9 - Foto atual do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Foto tirada pela autora no ano de 1983, quando veio residir em Pelotas e iniciou nesta escola suas atividades docentes.

Os prédios escolares, construídos entre o final do século XIX e início do XX, guardavam relação com o projeto de remodelação existente nas cidades gaúchas, possuindo características semelhantes, objetivando enquadrar-se na visibilidade, tendo a representação da escola-monumento (POSSAMAI, 2009, p. 162).

Com o passar dos anos o Colégio Félix da Cunha, passou a ser muito elogiado pelos Pelotenses (Diário Popular-1927) buscando objetivos no contexto do Ensino Público, tendo muita procura pela comunidade, para matricular seus filhos.

Conforme texto abaixo:

[...] inúmeros jovens, ali recebem solido preparo, que os habilita a cursar com vantagem os nossos gmnasios, academias, muitas moças saem dotadas de bons conhecimentos e, assim se dedicam à carreira comercial, outras ao magistério e muitas outras ainda levam para o lar a boa orientação que recebem nas lições diárias de suas professoras [...]. A matrícula tem sempre ido em escala ascendente: na data de sua fundação em 1913, registrou 240 alummnos, em 1914, 531; 1915, 625; 1917, 634, 1918, 580, 1929, 590, 1920; 597; 1921, 900: 1922, 658, 1923, 761. Actualmente a matrícula é de 765 alumnos, sendo de prever que mais aumente [...] (Diário Popular, 1924, 16 jul. p. 2)

Depois da Proclamação da República as fachadas dos casarões foram ornamentadas de forma clássica. A isso juntou-se elementos das ideias positivistas, onde houve um grande engajamento das classes sociais dominantes do Rio Grande do Sul. De acordo com (ERMEL, 2011), existiu uma grande padronização nos prédios escolares, sendo que cada um deles mostravam características individualizadas com seus significados. São marcas que mostram ideologias de um governo, uma determinada cultura e até mesmo a construção idealizada por um engenheiro. Nasceram inúmeras transformações que culminaram em novas formas arquitetônicas. Houve um novo momento do desenvolvimento do ecletismo em Pelotas, principalmente entre 1890 e 1931. A seguir um pouco da história do prédio onde se localiza a instituição escolar a ser pesquisada.

“O casarão assobradado que serviu de residência à família do Capitão Antonio Rodrigues Ribas, construído entre os anos de 1907 e 1908, é exemplo de permanências e rupturas que se manifestaram no período de desenvolvimento do ecletismo historicista pelotense. Os elementos funcionais e ornamentais do programa fachadístico repetem a influência italiana que caracterizou o momento de consolidação do ecletismo em Pelotas: o porão alto com suas rusticações; as falsas colunas com capitéis clássicos; os arcos

romanos do vestíbulo; os frontões; a platibanda que esconde o telhado e as canalizações do escoamento pluvial..”⁴

Em meados da década de 1930.O Colégio Elementar Félix da Cunha passa a se chamar Grupo Escolar Félix da Cunha⁵.

Entende-se que as construções escolares (ERMEL, 2011) tinham uma grande relação com os projetos oriundos da República, havendo uma grande preocupação com a melhoria das cidades, organização e higienização dos espaços urbanos. Os elementos que faziam parte dos espaços escolares, como as instalações, o material didático, as professoras e o diretor, inclusive as instalações, deveriam estar de acordo com o modelo da escola republicana. Motivo este que fez com que os governos do Estado comessem a construir prédios escolares.

Segundo Benconstta:

Para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias – ou grupos escolares, como vieram a ser denominadas-foi entendida como um investimento que contribuía para a consolidação de uma intencionalidade que procurava,por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal. (BENCONSTTA, 2005, p. 100).

De acordo com (TRILLA,1999, p. 58) os espaços e o edifício escolar em seu todo, não tem somente o papel educativo, demonstram funções que devem ser seguidas, pelos alunos, professores e pais, mas também pregam funções de ordem formativa. Os lugares formam (ou deformam) as pessoas que ali fazem parte, sendo que a arquitetura, enquanto cumpre suas metas como arquitetura, também demonstram em primeiro nível sua função como pedagogia.

⁴<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nxHgDreGm4kJ:ecletismoempelotas.files.wordpress.com/2011/05/o-ecletismo-historicista-em-pelotas-1870-1931.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, p. 15, acesso em 19.05.2014.

⁵A instituição Félix da Cunha continua sua trajetória até os dias atuais.

De acordo com (ERMEL, 2011) no início da República Brasileira, as escolas elementares serviram de pilares para a implementação do novo regime. Neste momento político, era bastante pequeno os números em relação as escolas no país, o analfabetismo era um problema que atingia a grande maioria da população. A instrução Pública constituía um elemento para consolidar o novo regime implementado. A escola tinha o papel de pregar valores para a formação do cidadão e ao mesmo tempo alfabetizar.

Importante fazer análises dos elementos que constituem o espaço escolar, no caso em estudo uma escola que tem sua história a mais de um século. O edifício escolar existe no presente, mas é através das fontes e documentos que podemos nos aproximar com o passado. O governo do estado também demonstrava preocupação em registrar suas obras.

Os grupos escolares neste momento histórico eram considerados um fenômeno urbano, enquanto que nas zonas rurais existiam as escolas isoladas, sendo que as mesmas tinham um caráter provisório. A partir deste momento os grupos escolares começaram a firmar-se como escolas primárias.

Formando, os grupos escolares uma modalidade de escola voltadas para as cidades, tinham como objetivo levar a escolarização (Souza, 1997) a crescente população. As mesmas tiveram suas instalações nas capitais e em algumas cidades do interior, em alguns prédios que eram adaptados para seu funcionamento, uns pertenciam ao Governo ou eram construídas para este fim.

Segundo Souza: “O grupo escolar (...) era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos-a cultura escrita”. (SOUZA,1997,p.83)

A estruturação e desenvolvimento da educação brasileira até os anos de 1930, foi caracterizado pelos pesquisadores (NAGLE, 1978, CARVALHO, 1989, GHIRALDELLI, 1994) podendo ser representados por movimentos culturais e educacionais dirigidos por intelectuais das classes dirigentes do país. Esses movimentos foram denominados “entusiasmo” pela educação e “otimismo pedagógico”.

O primeiro movimento situa-se nos últimos anos do Regime Imperial até os primeiros anos do Brasil República, precisamente entre os anos de 1886 e 1920, época em que houve muitas transformações em nossa sociedade. Entre estas transformações pode-se citar a remodelação da estrutura econômica, incluindo aqui fatores como o crescimento urbano, modernização nos portos e no transporte ferroviário, bem como valores europeus que foram incorporados a nossa. O centro das preocupações no campo educacional era superar o analfabetismo e também expandir a rede escolar.

O segundo momento situa-se entre os anos de 1920 e 1930 e tinha como objetivo melhorar as condições pedagógicas e didáticas dentro da rede escolar. Estes dois momentos levaram a modernização da sociedade, havendo uma expansão do nacionalismo. Assim a educação tinha como papel: “dar forma ao país amorfo de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto investia como elite com autoridade para promovê-los. (CARVALHO, 1989, apud TEIXEIRA; ARRIADA, 2014, p. 9).

Em nosso país pesquisadores da área da Educação como VIDAL (1998/2005), FARIAS FILHO (2003), ARRIADA (2007), PERES (2000) e TAMBARA (1995/2000) nos trazem estudos sobre os processos de escolarização no Século XIX e XX. Durante o século XIX e nas primeiras décadas do Século XX foi trazido novas ideias, tanto de laicidade como desecularização, ficando bem claro o poder que o Estado tinha sobre a sociedade.

3.4 – Cultura escolar

A cultura escolar é muito importante dentro do contexto de cada escola, envolvendo todos os participantes do processo educacional, sejam eles alunos, professores, pais, diretor, inspetores, etc. Todos estes elementos utilizados no contexto escolar organizam a história de cada espaço mostrando a relevância das práticas, como são classificados os alunos, as disciplinas ministradas, existindo assim variadas formas de olhar a cultura escolar.

Portanto, a cultura escolar é permanente e duradoura, mesmo existindo reformas, alguns arranhões podem mudar de forma superficial, mas ficam bases concretas ao longo do tempo (VINÃO, 2002, p. 74). A cultura escolar não pode ser pensada como algo permanente, pois no bojo da história de uma escola pode também haver transformações ao longo do tempo. Existem mudanças que passam a serem produto de cada momento histórico.

A conceituação apresentada por Julia define a cultura escolar como sendo:

O conjunto de normas definem os conhecimentos a ensinar e as condutas a inculcar, um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sócio políticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas, sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber, os professores. (JULIA, 2001. p.10)

A cultura escolar é uma problemática difundida e analisada na história da educação por vários pesquisadores como: Dominique Julia, André Chervel, Antonio Vinão Frago, Luciano Mendes de Faria Filho, Diana Gonçalves Vidal, entre outros.

Os principais pressupostos da cultura escolar tem sido, apresentadas sob diversas acepções e perspectivas, de acordo com Vinão

Frago (2000) são mostrados vários estudos em formação sobre o assunto, havendo interesses diversos no campo da história da educação englobando a sua constituição tanto social, como histórica.

Importante realizar considerações sobre as problemáticas oriundas da cultura escolar, pois através delas são investigadas as representações da escola, que levam as pesquisas, integrando uma história bastante recente da história da educação.

Segundo Gatti Junior:

A história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino/aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do que fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos. (GATTI JUNIOR, 2002, p. 4)

Diversos aspectos da cultura escolar no Colégio Félix da Cunha podem ser visualizados por meio de atas de exames, livro de matrículas, fotografias e dados importantes pertinentes ao assunto no Acervo particular da Escola no álbum de Cem Anos.

Procuraremos neste amplo repertório, caracterizar principalmente os seguintes tópicos: trabalhos manuais, corpo docente.

3.4.1 – Trabalhos manuais

De acordo com Arriada (2011) a nova escola vem para submeter alunos e professores a um modelo de educação que busca o disciplinamento e o controle a regras e ritos, passando a utilizar elementos de controle, como é o caso de comportamentos, regras que encontram-se até hoje nas escolas atuais.

Com a previsão do “Regulamento da Instrução” do ano de 1928, os trabalhos manuais fizeram parte do currículo das escolas. Segundo Augusto Simões Lopes, os trabalhos manuais, juntamente com o desenho eram: “disciplina da mais relevante magnitude {que} vão influir, sobremaneira, na formação do espírito infantil, educando-lhe o senso artístico, disciplinando-o para os longos esforços pacientes”. (Relatório da Intendência de 1927; 219)

No término do ano letivo nos vários colégios elementares eram organizadas exposições escolares dos trabalhos manuais dos alunos. A Revista Ilustração Pelotense, importante veículo de comunicação, tinha como proposta mostrar a cidade de Pelotas para outras regiões do Estado, com publicações entre os anos de 1919 e 1927 de acordo com Herzog (2008). O público leitor desta revista era oriundo da classe média e da elite. Através da revista acima mencionada, começaram a serem mostradas para a sociedade assuntos diversos, inclusive aqueles que eram inerentes as instituições escolares, tanto públicas, como privadas. A partir de então, as exposições de trabalhos manuais de algumas escolas, foram mostradas também via imprensa.

Os trabalhos manuais, desenvolviam as habilidades manuais dos alunos (Mourão) havendo uma preocupação com a preparação do aluno como futuro trabalhador, bem como desenvolver suas atividades intelectuais.

Segundo Mourão:

Trabalhos Manuais. Sua prática era destinada: a exercitar a observação; habilitar à atividade perseverante e paciente; educar as mãos, olhos, o cérebro. Seria uma preparação ao futuro trabalhador profissional e industrial. Deveria o trabalhador profissional e industrial. Deveria o trabalho ser gradativo, sendo o professor apenas um guia, possibilitando a independência do educando e a sua confiança em si. Deveria haver trabalhos de jardinagem, como diretivo do trabalho intelectual, com possibilidades utilitárias (MOURÃO, 1962, p. 363-364)

Um dos pontos importantes a serem mencionados são os trabalhos manuais, disciplina que fazia parte do currículo escolar de vários colégios

elementares, inclusive o Colégio Félix da Cunha, objeto de estudo deste trabalho.

3.4.2 – A exposição de trabalhos manuais na escola

Na figura abaixo, conforme fotografia publicada na Revista Ilustração Pelotense, datada do ano de abril de 1921, mostra um número expressivo de elementos de ordem nacionalista. São apresentados, em primeiro plano, almofadas bordadas. O destaque é uma bandeira do Brasil com o lema “ordem e progresso”, existindo também outra bandeira na parte de cima da fotografia, sendo que as colunatas que foram confeccionadas pelas alunas levam a bandeira maior, o símbolo da nação, representando o nacionalismo e o civismo da época da República. Observa-se abaixo da bandeira a existência de um vaso com flores, exaltando os preceitos oriundos da laicidade e cultuando à nação.

As escolas nas primeiras décadas do século XX realizavam exposições de trabalhos manuais e também de pintura, ambos eram elementos que integravam a educação das mulheres na época.



Figura 10 - Exposição dos trabalhos manuais do Colégio Félix da Cunha. Fonte: Revista Ilustração Pelotense, Ano III, nº 7. Pelotas, 1º de abril de 1921, pág. 01

De acordo com Almeida (2004) a disciplina onde eram realizados os trabalhos manuais representava preparar as alunas para o casamento e os afazeres do lar, pois os trabalhos confeccionados e expostos eram toalhas de mesa almofadas, guardanapos e outros, havendo uma grande expectativa para uma educação voltada as atividades femininas.

Segundo Almeida:

O casamento e a maternidade eram a sua salvação, honesta era a esposa, mãe de família, desonrada era a mulher transgressiva que desse curso livre à sexualidade ou tivesse comportamento em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a tenra idade, fossem nos colégios católicos, nas escolas protestantes, nos estabelecimentos de ensino não confessionais ou nas instituições públicas. (ALMEIDA, 2004 - 67 e 68)

As exposições de trabalhos manuais nas instituições escolares, bem como de pintura, tinham uma relevância social, as quais ocorriam em espaços escolares, onde eram avaliados com nota no final do ano letivo. De acordo com o Regimento do Ensino Público do Estado, datado de 1927 (OLIVEIRA, 2012), os trabalhos confeccionados nas instituições de ensino, eram vendidos nas exposições que aconteciam no encerramento das atividades letivas, sendo os valores arrecadados, revertidos para os “caixas escolares” (grifo meu).

E os bordados e a coleção deles, variada, numerosa, rica, toda denunciando a intrincada manufactura doméstica, sempre exuberante, caprichosa, intraduzível nessas artefactos?

São admiráveis e dignos de aplausos os exemplares de bordados a seda, a linha, pinturas de agulha, etc. que ali se acham expostos em trilhos, almofadas, pastas de excriptorio, porta-relogios e outros objetos. Completam o mostruário dos trabalhos manuais do “Félix da Cunha” esplendidas quadros de pintura Metálica devidas á laboriosidade da zelosa professora d. Othylia Lopes (Diário Popular, 16 de dezembro de 1914)



Figura 11 - Um aspecto da exposição dos trabalhos do Collegio Elementar Felix da Cunha Ilustração Pelotense nº 4, Ano III, 16 de fevereiro de 1921, p. 13.

Sendo os trabalhos manuais, disciplina que constava no currículo das escolas, contribuindo para a formação dos alunos, a imprensa da cidade, noticiava as exposições de momentos destacados, que faziam parte do calendário de comemorações.

Abaixo matérias da imprensa local, mostrando exposições nos primeiros colégios elementares de Pelotas. Primeiramente do Colégio Elementar Félix da Cunha:

Desenho, trabalhos manuaes, musica... incontestavelmente é ahi que a creança se revela, já demonstrado o zelo, o temperamento minucioso, já a vivacidade o organismo talhado aos grandes empreendimentos. (OPINIÃO PÚBLICA, 31 de outubro de 1916)

Segue a matéria do Colégio Cassiano do Nascimento:

Exposição de trabalhos – No Collegio Cassiano do Nascimento. Inaugura-se amanhã, no collegio elementar Cassiano do Nascimento, a exposição de trabalhos manuaes executados pelos alumnos do acreditado estabelecimento, certame que todos os anos obtem o mais franco êxito. A exposição se prolongará até o dia 15 e para assistir á mesma o corpo docente do Cassiano do Nascimento, de que é directora a exmasra. D. Orfilia Nascimento, convida as autoridades, gymnasios, escolas estaduaes, municipaes e particulares, bem como as exmas famílias e a população em geral. (OPINIÃO PUBLICA, 12 de novembro de 1930)



Figura 12 - Exposição dos trabalhos manuais do Collegio Cassiano do Nascimento. Fonte: Revista Ilustração Pelotense, abril de 1921, pág. 9.

Os clubes sociais tornavam-se o recinto ideal para a divulgação dos trabalhos realizados nas instituições educativas ou com professoras particulares como a “senhorinha” Noêmia de Aguiar: “em uma das salas (sic) do Clube Caixeral, gentilmente cedido, será inaugurada, amanhã, a exposição dos trabalhos manuais das alumnas do Collegio Elemental Felix da Cunha [...]”, (O LIBERTADOR G. DE MARÇO DE 1931). Existem elementos demonstrativos que são indicadores da figura feminina na área do Magistério, nas primeiras décadas do século XX.

Importante salientar que a disciplina de Trabalhos Manuais, objetivava divulgar suas ideologias. O período ora estudado, bem como o governo da República, sendo positivista, mostravam através dos trabalhos manuais estes elementos bastante fortes, existindo de um lado o ideário da escola laica e pública e de outro lado a igreja católica que mantinha seu espaço tanto na esfera educacional como na social. Pensa-se que é muito interessante, dentro da disciplina de preparo ao trabalho doméstico, as aulas demonstrarem o teor político e público em seu contexto.



Figura 13 - Aula de trabalhos manuais no Colégio Elemental Felix da Cunha. Acervo particular da escola (álbum dos cem anos).

3.5 - O Ensino Primário no Brasil na década de 1930

O sistema educacional brasileiro iniciou seu desenvolvimento no período historicamente conhecido como Revolução de 1930 (tema desenvolvido neste trabalho na página 23 e 24, capítulo 1)⁶.

No projeto da sociedade Republicana (SOUZA, 1998) a educação primária pública teve um papel de destaque, pois foi responsável por divulgar os valores republicanos. Para que este projeto fosse consolidado, houve a criação dos grupos escolares. Os primeiros surgiram no Estado de São Paulo, logo após o Brasil tornar-se República.

Ainda de acordo com Souza (1998), a criação dos grupos escolares foi responsável por grandes inovações, bem como implicações inerentes a educação pública no Brasil, com isso houve a construção de uma nova cultura escolar, principalmente nos espaços urbanos, realizando práticas já existentes nas escolas particulares, que até então estavam exclusivas as elites políticas, econômicas e intelectuais.

De acordo com Souza:

(...) na origem da escola graduada, encontra-se um processo de profundas transformações sofridas pela escola primária: da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandardizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever- contar, para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; uma escola de acesso restrito, para uma escola de acesso obrigatório, generalizado e universalizado. (SOUZA, 1998, p. 30-31).

A escola graduada ou também chamada de grupo escolar, foi difundida no Brasil após Getúlio Vargas ter chegado ao poder em 1930. Segundo Menegale (1985), a criação dos grupos escolares fez parte de um determinado momento em que era atribuído a educação, um papel de

⁶ Sobre a Revolução de 1930 ver Romanelli, página 40 – História da Educação no Brasil.

transformação social. As instituições que foram criadas no Estado, chamadas de instituições de ensino primário, eram organizadas em colégios elementares. Com a criação dos grupos escolares (instituição com menos de 200 alunos), os alunos de vários planos de adiantamento recebiam ensino juntos na mesma sala de aula. Posteriormente, as classes passaram a distribuir-se em quatro graus e cada professor deveria lecionar os alunos de nível escolar igual. Assim, foi resolvida automaticamente a velha questão do ensino simultâneo (MENEGALE, citado por DIAS, 1985, p. 157).

De acordo com Corsetti (1998), o ensino primário teve como principal foco, bem como instrumento de intervenção dos governos que fizeram parte do PRR, a educação. Todos os programas e regulamentos que foram institucionalizados nesta época, mostraram de acordo com a autora, os esforços na centralização administrativa, a liberdade dada a iniciativa privada, bem como o controle sobre o ensino público.

Durante os anos de 1930 (BÚRIGO, 2014), houve uma sucessão de governos estaduais que tinham identificação com a política de Getúlio Vargas.

No governo de Vargas (1928-1930) e no primeiro mandato de Flores da Cunha, que durou de 1930 a 1935, houve grande expansão da rede escolar pública, principalmente o ensino seriado. Durante o período de sete anos, houve a criação de sete colégios elementares, também setenta e um grupos escolares, em um total de 104 grupos e 53 colégios.

Em 1930, os grupos escolares cresceram em relação aos colégios elementares, sendo que a matrícula/frequência, era menor em relação ao número de colégios. De acordo com o relatório do ano de 1930, no Rio Grande do Sul existiam 50 colégios elementares, com matrículas em um número de 22.187 alunos e 17.949 era o número de frequência. Nos 73 grupos escolares existentes, a matrícula era de 13.704 e com frequência em média de 11.187 alunos. Segundo o Relatório de Instrução Pública previa “287 escolas estaduais tendem a ser substituídas por grupos escolares”. (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1930)

Ainda, segundo D'ávila (1955), quando Lourenço Filho assumiu o cargo de diretor de Ensino, ele voltou sua atenção para o grave problema de repetência na escola primária, foi neste momento que procurou uma solução, criando assim as classes seletivas.

Após a saída de Lourenço Filho da Direção de Ensino, deixou acontecer a seleção dos alunos por meio dos testes.

Ao ser posta em prática a circular nº 5 de 21 de janeiro de 1934 de acordo com D'ávila (1955) começou a ser recomendada a seleção empírica dos alunos de 1^{os} anos pelo seguinte processo.

De acordo com D'ávila:

- a) Nas classes de 1º ano distribuindo-se após a matrícula os alunos pelo critério inicial de idade cronológica, computada em meses, serão eles redistribuídos em classes de fortes, médios e fracos a 15 de fevereiro, pela observação que a seu respeito hajam feito os professores [...] (D'ÁVILA, 1955, p.26)

Importante ressaltar como a escola primária consolidou-se em vários lugares.

De acordo com Souza:

No Brasil, as discussões sobre a renovação dos programas de ensino primário intensificaram-se no final do século XIX, quando a educação popular ganhou centralidade nos debates políticos, concebida como fator fundamental para a garantia das transformações econômicas, sociais e políticas necessárias ao país. A formação do cidadão almejada em consonância com as mudanças da sociedade demandava uma modernização também da escola e, em decorrência, dos seus conteúdos. [...] (SOUZA, 2008, pág. 32)

No início do século XX, houveram várias mudanças na sociedade brasileira, de acordo com Souza (2008), embelezamento das cidades, prolongamento das avenidas, crescimento urbano, instalações de fábricas, expansão das estradas de ferro. No meio à todas estas mudanças também houve modernização no campo da educação.

Os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (SOUZA, 2008) tinham um número expressivo de grupos escolares até meados

do século XX. Em outras regiões do país, o ensino primário expandiu-se em concurso entre as escolas isoladas e reunidas.

No início da década de 1930 e até a década de 1940, no governo de Getúlio Vargas as idéias nacionalistas mostraram um projeto de cunho centralizador e autoritário. Os professores que atuavam nesta época engajaram-se nesta campanha com elementos nacionalistas.

De acordo com Souza:

Inúmeras atividades foram promovidas pelas escolas primárias urbanas e rurais com vistas a nacionalização: o culto à bandeira nacional, o combate às idéias comunistas através de palestras, o hasteamento da bandeira em datas nacionais, o ensino “com correção e entusiasmo” do hino nacional e do hino à bandeira, o avivamento do ensino cívico, insistentemente cultivado (SOUZA, 2008, p.73).

De acordo com Kautzmann (1998), após realizado um estudo da trajetória histórica do Colégio Elementar de Taquara, mostra com bastante clareza como era organizado o ensino primário no Rio Grande do Sul e as relações existentes entre Grupo Escolar e Colégio Elementar.

Segundo Kautzmann:

[...] em 1902, foi instituído como colégio distrital, de acordo com o regulamento do ano de 1897 do Governo do Estado, sendo suprimido em 1905. Em 1918, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, pelo decreto nº 2783, instituiu um Grupo Escolar em Taquara. Este entrou em funcionamento em 1919, em uma casa alugada na Rua Bento Gonçalves, esquina com a Rua Pinheiro Machado. Dois anos depois, em 1921, o grupo passou à categoria de Colégio Elementar, com curso de 7 anos. No ano de 1936, o colégio elementar passou a ocupar um novo prédio, especialmente construído para a escola, na Rua General Frota, nº 2363, onde funciona até hoje (KAUTZMANN, 1998, p.167-168).

Os programas do Ensino Primário, ao longo do período denominado de Primeira República (SOUZA, 1998), mostravam a racionalização da atividade educativa, onde indicavam o método e o conteúdo desenvolvido em cada matéria.

Com o objetivo de adentrarmos mais especificamente para o Colégio Elementar Félix da Cunha, foi realizada uma retomada histórica do Modelo

Escolar Primário nos anos de 1930. Posteriormente, de modo mais abrangente, foi feito um estudo das Atas de Matrícula dos primeiros anos da Escola em estudo, entre os anos de 1930 e 1934.

3.5.1 - O Colégio Félix da Cunha entre 1930 e 1934

O Colégio Félix da Cunha, em meados da década de 1930, passou a se chamar Grupo Escolar Félix da Cunha. Na data de sua criação, o mesmo colégio chamava-se Colégio Elementar Félix da Cunha, a segunda escola elementar fundada na cidade de Pelotas/RS.

O estudo mostra uma pesquisa, no espaço delimitado, a partir de observações que foram realizadas nos Livros de Matrícula, onde as mesmas mostraram aspectos da cultura escolar do educandário em estudo. As escolas fazem parte da inserção na sociedade que lhes dá abrigo, não vivem em mundos a parte. Cada instituição tem suas individualidades, sua história, com seus personagens, fazendo parte de um processo que na maioria das vezes diferem uma das outras.

Para uma compreensão mais detalhada da constituição da escola ora estudada, foi buscada a documentação contendo: número de alunos matriculados, divididos por sexo, etnia, faixa etária, nacionalidade e outros.

3.5.2 - Livro de Matrículas

O estudo vai aprofundar-se nos livros de matrículas do Colégio Elementar Félix da Cunha nos anos de 1930 até 1934. Será feito um delineamento, a partir de uma pesquisa minuciosa dos registros envolvendo estes documentos, como: etnia, sexo, nacionalidade e idade, se houverem a

profissão dos pais e os motivos pelos quais os alunos saíram da escola, no período acima citado.

De acordo com Gil:

Mapas de frequência, livros de matrículas, livros de frequência, atas de exames, fichas de registros de matrículas, boletins de notas, registros de inspeção, atas de reuniões escolares, diários de classe, atestados de frequência, livros de ponto de professores, livros de registros de infrações disciplinares, diplomas. Estes são alguns dos suportes da escrita escolar, que pretende organizar, fiscalizar, classificar e atestar as práticas de professores e alunos na escola. (GIL, 2015, p.21).

Afirma Certeau (1994) que na modernidade as sociedades organizavam-se através das práticas escriturística. A escola que foi instalada no Brasil durante o Século XIX e projetou-se após a vinda do projeto republicano, que teve como elemento fundamental a prática escriturística. Neste modelo de escola, todos os aspectos importantes teriam que serem escritos, tornando-se importantes, tudo o que está documentado.

Segundo Certeau a escrita é designada como:

“a atividade concreta que consiste sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual ele foi previamente isolado”. (CERTEAU, 1994, p.225).

Ainda assim diz o autor:

O jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como sentido remeter à realização de que se distinguiu em vista de mudá-la. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. O laboratório da escritura tem como função estratégica: ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligida, classificada e, assim, imbricada num sistema e, assim, transformada; ou fazer com que as regras e os modelos elaborados neste lugar, especial permitam agir sobre o meio e transformá-lo. (CERTEAU, 1994, p.226).

As práticas de escrita, tem no livro de matrículas um documento bastante completo, onde são registrados as informações recebidas pela escola, seja a idade, o nome completo, a nacionalidade, e a partir daí os mesmos são inseridos no sistema escolar, com suas características individualizadas.

Após leituras em documentos do arquivo particular do Colégio Elementar Félix da Cunha, foi interessante o relatório da diretora enviado ao inspetor escolar no ano de 1927, onde são mostrados algumas dificuldades que tanto o quadro de professores, como os diretores (as) passaram, no que diz respeito a adaptação do novo modelo escolar. O professor único, com uma classe única de aluno, envolvendo os vários graus de adiantamento e de várias idades, ocupando um mesmo espaço, reunindo vários professores e uma única diretora, pode-se dizer que foi um processo de acordo com as palavras da diretora que não deu certo em um primeiro momento.

Abaixo o Relatório Escolar registrado pela diretora:

Encontrei matriculados 736 alunos, distribuídos entre 13 professoras. Observei que a distribuição de alunos não estava de acordo com o programa das respectivas classes e seções, pois em uma mesma classe havia alunos de 1º, 2º e 3º graus; isso impedia que o ensino simultaneamente e, por essa razão resolvi começar um trabalho de reorganização. Reuni os alunos da 1ª e 2ª seções e formei uma média composta de 100 alunos, que distribui entre duas professoras, uma das quais assumiu o exercício de seu cargo após minha chegada. (Relatório Escolar. Colégio Félix da Cunha, 1927).

De acordo com o relatório da diretora, é mostrado que o ensino ainda era ministrado individualmente. Quando ela relata que em uma mesma classe haviam alunos de graus diferenciados (1º, 2º, 3º graus) (grifo meu). Diz ela ainda em seu relato que eram designadas apenas uma professora.

3.5.2.1 - Educação e gênero (meninos/meninas)

Importante explicarmos quais os conceitos sobre a expressão “gênero” (grifo nosso) para um melhor entendimento de como a escola contribuiu na construção do gênero.

Segundo Felipe:

O conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos a ambos os sexos em diferentes

sociedades. Homens e mulheres, meninos e meninas, constituem-se mergulhados nas instâncias sociais em um processo de caráter dinâmico e contínuo. Questões como sexualidade, geração, classe, raça, etnia, religião, também estão imbricadas na construção das relações de gênero (FELIPE, 2004, p.33).

As mudanças e estruturas em diferentes momentos históricos, constituíram os vários grupos que compuseram a sociedade, podendo ser raciais, de gênero, religiosos, de classe, etc.

Segundo Bísaro:

[...] a escola reproduz processos de discriminação social, uma vez que, desde a fase jesuítica, a escola já separava os colonizadores dos índios, brancos e negros, meninos e meninas. Ao longo da história, tais normas foram sendo modificadas, outras apenas amenizadas, como o espaço escolar, para meninos e meninas, que hoje estão dentro do mesmo espaço físico, sem no entanto, partilhar das mesmas atividades. (BÍSCARO, 2009, p. 35)

A co-educação (ASSIS, 2008) deveria levar um tratamento igualitário para meninos e meninas. No início do funcionamento dos Grupos Escolares, não foi bem isso que aconteceu. Mesmo ambos fazendo parte de um mesmo espaço escolar, em alguns momentos as meninas tinham um tipo de educação diferente dos meninos.

Segundo Schwartzman:

Por um lado, haveria de proteger a família; por outro, haveria que dar a mulher uma educação adequada ao seu papel familiar. Os diversos projetos e propostas elaboradas com este objetivo mostram certa evolução que vai desde uma divisão extrema de papéis entre os sexos até uma atitude mais conciliatória, que chega até mesmo, a aceitar, em 1942, a co-educação, ainda que de forma excepcional. (SCHWARTZMAN, 2000, p.107-108).

Em sua obra AUAD (2006) discutiu pela primeira vez as questões relacionadas com a escola mista e a co-educação, a partir de análises e observadas, com as práticas escolares, bem como nos debates sobre o tema. A autora argumenta que a escola mista tem como pressuposto a co-educação, sendo que isso não seria suficiente para a efetivação da mesma,

também defende a igualdade no que diz respeito as diferenças, mostrando como isso poderia tornar-se real na prática.

As escolas mistas e a co-educação⁷ em muitos momentos (ANDRADE, 2007) representavam um sentido ambíguo. Entretanto, as Escolas Mistas foram criadas para atender ambos os sexos, sendo atendidas por um único professor, enquanto que a co-educação foi um modelo que foi implantado de modo intencional no ensino, para que houvesse no âmbito das atividades escolares uma cooperação, sendo que independente do sexo, deveriam ser respeitado as individualidades de cada um.

De acordo com Almeida:

Partindo desse pressuposto, a escola co-educativa deveria melhorar o relacionamento entre os sexos, para que meninos e meninas aprendessem a viver juntos desde a infância. Esse possibilita diferenciar a escola co-educativa de escola mista. Na primeira, leva-se em conta a base da sociabilidade e da convivência democrática. Já a segunda, pode ou não ser co-educativa dependendo da orientação pedagógica adotada. (ALMEIDA, 2005, p.65).

Após um breve estudo sobre a co-educação e escolas mistas que envolvem os alunos no espaço escolar, também serão dadas algumas informações sobre a organização das escolas primárias em escola unitária e escola graduada.

As escolas unitárias (SANTOS, 1943) são aquelas organizadas com um único professor para atender todos os alunos, onde os mesmos eram agrupados em distinção de cultura, capacidade ou idade, e também as escolas graduadas, onde os alunos eram divididos por séries e classes, de acordo com a capacidade, cultura e idade, sendo que os alunos também ficavam sob a responsabilidade de um único professor. Realizando um paralelo entre ambas, para a época em estudo a escola graduada, pela diferenciação em sua

⁷ A distinção entre os termos escola mista e co-educação foi pela primeira vez proposta por Daniela Anad no livro Educar meninas e meninos – relação de gênero na escola, com a finalidade e fortalecer o debate sobre educação e relações de gênero (ANAD, 2006, p. 57)

estrutura, e a multiplicidade do número de professores, apresentavam resultados mais produtivos em relação as unitárias.

De acordo com Saviani (2004), importante lembrar que Grupos Escolares e Escolas Graduadas eram vistas como sinônimos, pois ambas possuíam as chamadas turmas seriadas. Os grupos escolares eram um fenômeno urbano, já que no meio rural ainda funcionavam as escolas isoladas por muito tempo. O grupo escolar, pode-se dizer que foi eficiente, para formação e seleção das elites. Quanto ao ensino para as massas populares, aconteceriam na década de 1920 na reforma paulista.

A importante diferenciação entre os grupos escolares (PERES, 2000) as escolas elementares isoladas e os colégios elementares era determinado pelo número de alunos, bem como de professores.

As explicações acima mencionadas sobre co-educação, escolas mistas, escolas unitárias e graduadas, grupos escolares e outros, fizeram-se necessárias, tendo em vista o estudo do contexto dos alunos que delas faziam parte.



Figura 14 - Grupo de alunos no dia do desfile da Pátria, sem identificação de turma. Fonte: Acervo particular da Escola Félix da Cunha. Datado de 1930 (verso da foto).

3.5.2.2 - Educação e Idade

De acordo com Andreotti (2006) algumas reformas educacionais nos Estados e na União foram importantes na década de 1930. No que diz respeito aos cursos primários, as reformas educacionais desde os anos 20 fizeram do Estado de São Paulo o precursor destas reformas.

Segundo Sposito:

[...] após 30 continua a ser ampliada a oferta de vagas nas escolas primárias da cidade de São Paulo, mantendo-se em elevado nível de atendimento. Mesmo assim, frente a demanda da população com a expansão urbana, um número considerável de crianças não conseguia frequentar os cursos primários. (SPOSITO, 1984, p.32-34).

As escritas das escolas, como livros de matrículas, descrevem as informações, bem como o nome, a filiação e a idade da criança, a partir da coleta destes dados, eles são inseridos em um sistema escolar.

As escolas são institucionalizadas através das escritas (VIDAL, 2008), pois a partir delas existe um saber sobre a escolarização,

Os livros de matrículas da escola constavam o registro dos alunos que faziam parte da instituição.

Segundo Vidal:

Cada escola possuísse um livro de matrículas, contendo as faltas e o adiantamento de cada aluno anotado mensalmente até o dia em que o aluno saísse da escola, com declaração do motivo da saída e que cada matrícula fosse efetuada mediante a presença de um guia, na qual constasse o nome do pai, tutor, curador ou protetor do aluno, sua residência, estado e profissão, além da naturalidade, filiação e idade do aluno (VIDAL, 2008, p.53).

As informações acima mencionadas tinham variações quanto aos períodos, locais e informações, mas eram encontradas nos diversos livros de matrículas, resultando nos perfis econômicos, sociais, etc. dos alunos.

Conforme Diana Vidal os livros de matrículas são “indícios das condições sociais e econômicas das famílias e das relações que a escola com elas estabelece” (2008, p.60).

Os registros também mostram a identificação dos alunos, ainda segundo Diana Vidal, os sobrenomes registrados leva mostrar a procedência dos alunos.

Segundo Gil e Hawat:

Importa aqui investigar mais detidamente, a partir das trajetórias percorridas pelos indivíduos, aspectos da experiência escolar. Articulando as análises do movimento dos alunos na escola - os momentos de entrada na instituição, a obstrução dos fluxos, os tempos de aprendizagem - com as prescrições legais, pretendeu-se ampliar a compreensão do alcance social das práticas de escolarização. Os livros de matrícula aportam dados que não se equivalem, nem se restringem, aos localizados em outros documentos produzidos pela escola e pelos responsáveis pela gestão de ensino, mas é em articulação com eles que podem permitir melhor compreender aspectos da cultura escolar. (GIL; HAWAT, 2015, p.26).

Alguns anos após o Brasil tornar-se República (1889) a determinação legal de 1897 previa que: “Só serão admitidas a matrícula nas escolas públicas as crianças de 7 a 13 anos de idade” (Decreto n.89, art.39), alguns livros mostravam idades diferentes que a legislação previa (assunto a ser desenvolvido neste capítulo).

Sobre esse assunto o Decreto n.874 de 28 de fevereiro de acordo com o Regulamento da Instrução Pública no ano de 1906 prevê:

Não serão admitidas à matrícula a menores de 7 anos, ficando ao prudente arbítrio do professor determinar a idade até a qual seja lícito ao aluno frequentar a escola sem quebra da disciplina, nunca porém além de 16 anos; salvo tratando-se de escolas mixtas, das quaes serão eliminados os alunos logo que atingirem a idade de 12 anos. (Art.91 §2º).

Os registros pesquisados, após serem feitas análises, mostram elementos individualizados, quanto ao contexto escolar dos alunos, bem como as idades que estes permaneciam na escola.

3.5.2.3 - Educação e Etnia (cor)

As atas de matrículas estudadas na escola, traziam a denominação “cor” (grifo meu), houve a opção em usar etnia, por ser um termo mais contemporâneo.

Tendo em vista as bibliografias não mostrarem dados bastante precisos sobre o número de alunos negros nas escolas, nos primeiros anos do regime republicano, de acordo com Muller (1999) o número de professoras primárias negras também era muito pequeno.

De acordo com Bourdieu (1989) são os indivíduos que pelas posições sociais, elementos que definem a diferenciação, bem como são distribuídos os bens, visando a reprodução das relações sociais que são ao longo da história determinadas.

No que diz respeito de como acontece o processo de socialização, as instituições escolares são espaços responsáveis para selecionar quem são os detentores dos saberes, habilidades e competências, sendo assim determinadas as posições ocupadas dentro do espaço social:

O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção, social, um ser – percebido que é garantido como direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funcional à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio). Conferido todas as espécies de ganhos simbólicos (e, dos bens que não é possível adquirir diretamente com a moeda). (BOURDIEU, 1989, p.148).

Dentro do sistema educacional, são dados os produtos de ordem artística e pedagógica, de acordo com Bourdieu (1983) as classes sociais e as diferenciadas camadas sociais, foram mostrados através do sistema de estratificação

Os anos de 1930 (MAILLET, 2006) mostram como foi iniciado a universalização do ensino, não podendo esquecer que os ideais do discurso

dominante de épocas passadas, tinham grande influência nos pedagogos. Os negros sofriam a exclusão, tanto dos conteúdos das diversas matérias, dos bancos escolares, onde os ideais eram do branco de origem européia.

Também o número de pessoas das classes mais pobres eram muito pequenos em relação aos demais em permanecerem na escola pública, pois muito cedo eram inseridos no mercado de trabalho. Outro dado importante era o número de negros que era limitado, isto tinha a ver com as diferenças de oportunidades nas escolas, entre os brancos, pardos e negros. Os dados quantitativos sobre as crianças negras na escola não são totalmente precisos. As imagens dos alunos nos grupos escolares demonstram um número majoritário de alunos brancos.



Figura 15 - Turma de alunos do grupo Escolar Orozimbo Maia, Décadas de 1930. Fonte: Arquivo da EEPQ Orozimbo Maia, Campinas in Souza, Rosa Fátima, p. 88.

A ilustração acima, apenas foi inserida no trabalho, a título exemplificativo (pois não encontramos fotos nesse sentido, no acervo particular do Colégio Félix da Cunha), apontando turma onde podemos perceber a minoria de alunos negros, realidade no Brasil na década ora estudada (1930).

Neste contexto, ainda de acordo com (Maillet) quanto a classificação dos candidatos, apesar de não mostrarem claramente que não haveria aceitação de negros, levantavam dados quanto a segregação racial, como exames médicos, que atribuíam até mesmo nota à pele das pessoas negras.

Segundo Maillet:

“O desenvolvimento do sistema escolar brasileiro. Mesmo que tenha ocorrido na mesma época em que emergia a ideologia da democracia racial, se deu segundo princípios fortemente excludentes. Existiu uma discrepância entre a imagem sobre o Brasil forjada pelos intelectuais dos anos 30 e a realidade de dominação branca que se reinventou na educação sobre o montó do universalismo” (MAILLET, 2006, p. 27) apud Barke p.4).

De acordo com (Gonçalves) independente de diferenças regionais, os negros militantes buscaram lutar em prol da situação educacional, sendo um compromisso pessoal, buscando soluções de um problema nacional e não somente dos negros.

Nos primeiros anos de República, as oportunidades que eram oferecidas aos negros eram muito pequenas (Fernandes 1978), incluindo, principalmente, o tema educação. Apesar de ser livre, para os negros, não foram dadas as mesmas oportunidades, de serem instruídos, tal qual como os brancos.

Segundo Fernandes:

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 1978 p.20)

Tendo em vista a leitura nas várias bibliografias, foi notado que o assunto ainda é muito restrito em relação ao acesso a educação entre negros e mulatos. A história nos diz, que ao longo dos anos, houve no Brasil um

desenvolvimento bastante excludente. Esse processo mostra que mulatos e negros, encontraram vários obstáculos de integrarem-se na sociedade, fazendo com que os negros entrassem de maneira lenta nas atividades sociais, pois continuaram dominados, durante vários anos.

3.5.2.4 – Educação e nacionalidade

Com um novo poder instituído, a partir da década de 1930 (Santos e Mueller, 2009) começa a brasilidade ser valorizada, bem como a construção da nacionalidade. Nas primeiras décadas de destaque para difundir a modernidade, somente compreendendo como se passou a educação brasileira em seus processos históricos, é possível um melhor entendimento da educação nos dias atuais.

Nas pesquisas realizadas na escola em estudo, percebeu-se que a maioria dos alunos que freqüentavam o primeiros anos (1930-1934) eram de nacionalidade brasileira (conforme anotações nas atas da escola), poucos casos apareceram alunos de diferentes nacionalidades (estudo nas tabelas desta pesquisa de nº 7/13).

A aprendizagem depende de múltiplos fatores, principalmente (Cruz, 2013) dos diferentes estímulos que são adquiridos desde o período da infância, pois cada um dos indivíduos apresenta sua história que é particular. Importante salientar que a escola enquanto instituição é formada por pessoas de diferentes grupos, que trazem com ela, seus costumes, suas crenças e sua cultura.

De acordo com Morim:

A cultura é constituída pelo conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Na sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas, por meio da cultura. (Morim, 2001, p. 56)

No período entre os anos de 1917 a 1920 houve um intenso debate sobre o uso da língua portuguesa (LUPORINI, 2012), no ensino das várias escolas estrangeiras, tendo em vista a discussão da Primeira nacionalização oriunda do conflito mundial entre os anos de 1914 à 1918⁸.

A formação dos Estado/nação em nosso país, não aconteceu de modo linear, além de períodos muito marcantes, houve circunstâncias favoráveis para a criação de um número grande de escolas étnicas.

De acordo com (KREUTZ, 1999) o Brasil na décadas de 1930, tinha 2500 escolas étnicas, sendo de alemães, italianos, poloneses e japoneses, as mesmas foram extintas no final desta mesma década.

De acordo com Kreutz:

O processo escolar dos imigrantes, no Brasil, de fato foi proibido pelas medidas compulsórias de nacionalização. No entanto, é importante salientar que naquele momento histórico já havia pressão por parte de muitos pais e alunos, querendo enviar seus filhos para escolas públicas para aprenderem melhor o português e poderem inserir-se mais facilmente na dinâmica da vida nacional. (KREUTZ, 1999, p. 13)

O professor, frente as diversidade culturais, deve possibilitar aos alunos, oportunidades para que cada aluno de modo individualizado, aprenda com suas diferenças, enquanto grupo.

De acordo com Cruz:

Dessa forma, percebe-se o crescimento de forma acentuada, a respeito das discussões sobre o multiculturalismo e intensifica cada vez mais a importância de se garantir representações das identidades culturais nos diversos campos sociais, incluindo o educacional. É importante destacar o papel dos discursos e práticas curriculares na preparação de professores para saber como trabalhar na educação e na formação docente para que se valorize a diversidade cultural e, acima de tudo, saiba lidar com os desafios e preconceitos ligadas a determinante de gênero raça, religião, padrões culturais e outros. (Cruz, 2013, p. 36)

⁸ Ver acerca do período aludido, CAMPOS E MIRANDA, A Escrita da História, página, 439.

Quanto às várias escolas de imigrantes no país, são tidas como uma iniciativa única, no que diz respeito a história da educação. Elas são produtos das várias contribuições culturais, que enriqueceram o Brasil em seus múltiplos espaços.

3.6 - Análise das categorias estudadas através de tabelas

Neste subcapítulo será mostrado o resultado da pesquisa, onde foram analisados as turmas de primeiros anos, durante os anos de 1930 e 1934, do Colégio Elementar Félix da Cunha.

As tabelas foram organizadas de acordo com o que foi observado nos Livros de Matrículas. Neste trabalho foi observado quatro categorias, sendo elas: idade, sexo, etnia e nacionalidade.

Matriculas – Primeiros anos - Primário – 1930/1934

Tabela 7 - 1º ano (1ª turma) – ano de 1930

Sexo			Etnia			Faixa Etária		Nacionalidade			Situação				
M	F	T	Branco	Preto	Misto	Idade	Número de alunos	B	O	Total	Analytico	Promovido	Retirou-se	Não Frequenta	Total
0	32	32	29	2	1	6	6	32		32	7	3		7	17
						7	9								
						8	8								
						9	5								
						10	2								
						11	2								

Observa-se nesta tabela que toda a turma era do sexo feminino (aula de meninas), também que todas as 32 alunas eram brasileiras.

A idade oscilava entre 6 e 11 anos, sendo 6 o mínimo e 11 o máximo.

Através da análise destes “Livros” foi possível detectar, que no final desta tabela tinha algumas observações (item situação), onde do todo de alunos, 7 eram conceituados como analítico, 3 eram promovidos, 3 retiraram-se e 7 passaram a não frequentar, em um total de dezessete.

A partir de leituras quanto são observados os livros de matrículas (Gallego, 2003) eles mostram um tempo, sendo a idade para frequentar as aulas, bem como de um momento, fazendo parte dos elementos que se formaram na primeira metade do Século XX.

Assim Gallego diz:

O tempo escolar, como um dos tempo sociais, também é diverso e plural. Consiste em um sistema social de referências temporais a partir da qual se definem, se organizam e regulam, o funcionamento, os ritmos, a coordenação e a sincronização das interações no interior da escola; assim é fruto de uma construção cultural e pedagógica. (GALLEGO, 2003, p.18)

Com isso observa-se que há neste estudo, uma maior concentração de matrícula entre idade de 7 e 8 anos, sendo um número bem menor a idade de 11 anos. Quanto a etnia, o número de brancos era bem superior ao número de pretos.

Tabela 8 - 1º ano (2ª turma) – ano de 1930

Sexo			Etnia			Faixa Etária			Nacionalidade			Situação				
M	F	T	Branco	Preto	Misto	Idade	Número de alunos		Brasileiros	Outros	Total	Matricula em outra aula paralela	Promovido	Retirou-se ou não frequente	Analytic o	Total
36	5	41	35	8	31	6	5		41	-	41	2	9	5	11	27
						7	13									
						8	9									
						9	4									
						10	3									
						11	3									
						12	3									
						13	1									

Nesta observação de um 1º ano (2ª turma) existem diferenças em relação ao 1º ano (1ª turma-Tabela 1) ambas do ano de 1930. Em primeiro lugar importante ressaltar que a turma é de meninos e meninas, denominadas de classes multisseriadas com os dois gêneros estudando juntos, que de alguma maneira contrariavam os padrões da época. No caso acima em estudo, existiam um maior número de meninos (36) e meninas (5), totalizando (41). Quanto a cor do total de 8 alunos pretos, 4 eram masculinos e 4 eram femininos, portanto nessa sala de aula em estudo, apenas 1 menina era branca. As idades não demonstram grandes oscilações em relação a Tabela 1, bem como o total de alunos tinham como nacionalidade serem brasileiros.

Tabela 9 - 1º ano (1ª turma) – ano de 1931

Sexo			Etnia						Faixa Etária				Nacionalidade							
M	F	T	Branco		Preto		Misto		Total	Idade	Número de alunos				Brasileiros		Outros		Total	
			M	F	M	F	M	F	M		F	M	F	M	F	M	F			
24	12	36	21	7	1	1	1	4	36		M	F	Total	23	12	1	-	24	12	
										6	4	1	5							
										7	12	2	14							
										8	4	6	10							
										9	2	3	5							
										11	-	1	1							
										12	1	-	1							
										Total	23	1	36							

As observações inerentes a esta tabela, não demonstram dados muito diferenciados em relação as demais. O dado que mais chamou atenção em relação a idade dos alunos, seria que tanto a menina (11 anos) e o menino (12 anos) eram de etnia preta. O aluno do sexo masculino que aparece na tabela como “outros” (grifo meu) em relação a nacionalidade era israelita.

De acordo com (FREITAS apud GIL, 2007) para que houvesse a normatização do ensino, era necessário medir a capacidade das matrículas na 1ª série, a partir daí seriam projetadas as próximas séries. A rede escolar era medida pelo o número de alunos que estavam matriculados na 1ª série, sendo possível a partir daí o atendimento as crianças. Se a escola atendesse toda a demanda de crianças com 7 anos, então a escola teria um movimento regularizado, convém lembrar que nesta data, a escola não tinha alcançado este objetivo, ainda segundo (FREITAS apud GIL, 2007) o período entre os anos de 1932 e 1937, mostraram um movimento oscilante nos números do ensino primário.

As atas de matrículas em estudo neste trabalho, não mostram dados, a respeito de quantos anos os alunos permaneceram na mesma série ou até na mesma instituição.

De acordo com Teixeira de Freitas apud Gil:

Esgotado o stock de verdadeiros retardados isto é, dos que não se escolarizam na 1ª série, pela primeira vez aos 7 anos, normalizar-se-a o ritmo de variação do discipulado de cada série, cujas flutuações decorrerão, de um lado, das oscilações (de pequena amplitude num regime formal) nas massas de repetentes e doutra parte, do crescente mais ou menos uniforme da curva dos efetivos demográficos em cada ano de idade (FREITAS apud GIL, 2007, p.159).

A pesquisa nas fontes consultadas não mostram com clareza, se os alunos que tinham idade avançada para estarem cursando o primeiro ano, eram repetentes ou estavam matriculados pela primeira vez.

Tabela 10 - 1º ano (2ª turma) – ano de 1931

Sexo			Etnia						Faixa Etária			Nacionalidade						
M	F	T	Branco		Preto		Misto		Total	Idade	Número de alunos			Brasileiros		Outros		Total
			M	F	M	F	M	F	M		F	M	F	M	F			
27	23	50	26	20	1	-	-	3	50		M	F	Total	25	25	1	0	
										6	2	-	2					
										7	8	3	11					
										8	8	11	19					
										9	4	6	10					
										10	1	2	3					
										11	3	-	3					
										12	1	1	2					
										Total	-	-	50					

A tabela em estudo nos demonstra dados diferenciados em relação as demais, quanto ao total do número de alunos de ambos os gêneros, pode-se dizer que é a turma mais homogênea de todas analisadas. Em relação a nacionalidade o aluno que aparecia na tabela “outras” (grifo meu) era espanhol.

Nota-se que existe um pequeno número de alunos de outras nacionalidades (assim como nas demais atas estudadas), e isso deve-se a todo um processo migratório, que foi lento em nosso país, em relação a algumas nacionalidades.

Nesta tabela constava observações no final do texto, mostrando que um aluno saiu da escola por motivo de mudança, um aluno foi morar no Capão do Leão, e duas alunas retiraram-se, uma para outro município (Rio Grande) e outra para outro Estado (São Paulo).

Tabela 11 - 1º ano – ano de 1932

Sexo				Etnia			Faixa Etária			Nacionalidade		
M	F	T	Branco	Preto	Pardo	Total	Idade	Número de alunos			Brasileiros	Outros
								M	F	Total		
49	55	104	91	5	8	104	6	6	6	12	85	19
							7	8	18	26		
							8	19	14	33		
							9	10	8	18		
							10	1	8	9		
							11	-	4	4		
							12	2	0	2		

A tabela acima analisada, mostra alguns dados diferenciados em relação as demais.

No Livro de Matrículas, onde há a denominação da turma 1º Ano- aparece escrito “turma mixta”, diferente das outras que em nenhum momento apareceu este dado. Em relação a etnia, veio a expressão “pardo”, não sendo este dado apresentado anteriormente.

Quanto a nacionalidade houve um aumento grande no número de alunos de outras nacionalidades, sendo 19 no total. São eles: 3 ingleses, 2 franceses, 7 espanhóis, 3 portugueses, 1 russo, 2 italianos, 1 árabe.

De acordo com Silva:

A construção da nacionalidade brasileira enquanto ideologia nos anos de 1930-40 caracterizou o governo de Getúlio Vargas, e, nesse sentido o papel da educação foi primordial, sobretudo pela inserção dos imigrantes. Nos anos de 1930, a expansão das escolas primárias estatais, contemplou a implantação de uma política de nacionalização do ensino que almejava atingir os filhos de estrangeiros. (http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372545907_ARQUIVO_TEXTOCMUNatransicaorural-urbana.pdf, acessado em 14 de agosto de 2015)

A partir daí nota-se um número crescente em relação aos alunos estrangeiros.

Tabela 12 - 1º ano (2º turno) – ano de 1933

Sexo			Etnia						Faixa Etária										
M	F	T	Branco		Preto		Pardo		Total	Idade	Número de alunos		Total	Brasileiros		Outros			
			M	F	M	F	M	F			M	F		M	F				
36	52	88	35	45	-	2	1	5	88	6	1	1	4	30	57	-	1		
										7	9	15	22						
										8	5	8	15						
										9	7	15	22						
										10	41	2	13						
										11	3	2	5						
										12	1	-	1						
										13	-	3	3						
										14	-	3	3						
										Total			88						

A tabela em estudo, não tem dados diferenciados em relação as demais, apresentava um número maior de alunas, sendo também uma turma mista. A partir da ata de 1932, começou a aparecer a denominação “pardo”, tendo nesta turma, um número de 5 alunas pardas. Também as pesquisas não diagnosticaram nenhum aluno do gênero masculino da cor “preta”. A aluna onde aparece a denominação “outros” na nacionalidade, era espanhol, enquanto que na totalidade de alunos, todos eram brasileiros. Nota-se portanto um decréscimo em relação à alunos estrangeiros.

Tabela 13 - 1º ano (2º turno) – ano de 1934

Sexo			Etnia						Faixa Etária							
M	F	T	Branco		Preto		Pardo		Total	Idade	Número de alunos		Total	Brasileiros		Outros
			M	F	M	F	M	F			M	F		M	F	
31	58	89	29	50	-	4	2	4	89	6	1	2	3	31	58	-
										7	3	14	17			
										8	7	8	15			
										9	6	8	14			
										10	8	14	22			
										11	4	9	13			
										12	1	2	3			
										13	1	1	2			
										Total			89			

Em relação a última análise (Tabela 6) as observações na Tabela 7, mostraram dados similares, em relação ao número de matrículas dos alunos. O diferencial em relação as demais foi que o aluno de maior idade era de cor branca, enquanto que nas demais, a maior faixa etária era de cor preta. Quanto a nacionalidade, foram mostrados dados decrescentes, pois neste último estudo todos os alunos, tanto masculinos como femininos eram brasileiros.

De acordo com Veiga:

Dessa Maneira ao ser anunciada a República, já se tinha um considerável acúmulo de experiências relativas ao processo de discriminação e preconceito também no ambiente escolar. Isso ensejou a busca de técnicas voltadas à depuração dos alunos de “todas as procedências” a partir da elaboração de testes escolares e da instituição da escola seriada (grupos escolares) como práticas científicas de organização escolar. Para a Escola pública deixar de ser indigente, foi necessário que também a sua clientela fosse outra – crianças de famílias de “boa procedência”-, pelo menos é o que podemos verificar, em geral no alunos de escolas públicas brasileiras, principalmente das principais capitais, até por volta da década de 60. (VEIGA, 2008)

Após o estudo do Livro de Matrículas, foco do estudo (1930-1934), houve o encerramento do livro, somente em 16 de novembro de 1937, cujo documento tinha a assinatura da professora, Adelaide B .F. da Silva Del Grande.

No final do Livro de Atas da escola (página 40), tinham os dados abaixo, que foram organizados pela autora em forma de tabela. No documento, ora estudado, os mesmos vinham em um pequeno texto.

Tabela 14 - Alunos eliminados em 1934

Sexo	Feminino	Masculino
	20	9
Meses	Março a Agosto	Abril a outubro
Motivos	Doença: 2 Viagem: 4 Para o anexo: 3	Doença: 2 Sem motivo: 7

	Sem motivo: 11	
Total	20	9

O conteúdo do documento acima mostra que alguns alunos saíram da escola por motivos diversos, sendo que foi observado que o maior número eram de alunas, no primeiro semestre, enquanto que a saída dos alunos, oscilou ao longo do ano letivo. O documento não registrou a turma, subentende-se que seja referente à turma de 1º ano (2º turno) de 1934..

3.7 - Exames finais

Um momento importante do ano letivo eram os exames finais ao término do cumprimento do calendário escolar. Eles eram realizados com alguns registros, sejam eles jornais que mostravam os resultados, também fotografias e o livro de atas de exames. Dentre os autores que contribuíram para que este tema fosse desenvolvido citam-se Kreutz (2001, 2002 e 2006), Vidal (2005), Faria Filho (2000, 2002, 2003 e 2007), Souza (1998) e Bencostta (2007).

Ao falarmos em exames finais (LUCHESE, 2014), é muito importante sabermos os elementos que faziam parte de todo esse contexto, onde eram mostrados fortes relações de poder, de acordo com os registros pesquisados. Por exemplo quem fazia parte da comissão examinadora, por quem eram nomeados? Quais os conhecimentos que eram exigidos? Como os alunos eram preparados para estes exames. No lapso temporal em que foi realizado o estudo dos documentos do Colégio Félix da Cunha, foi possível fazer um breve relato de duas atas de Exames Finais do ano de 1933 e do ano de 1934.

Para Foucault (1979) tanto os exames hospitalares, bem como os escolares, eram elementos importantes para que houvesse o exercício do

poder. Os exames escolares, classificavam, julgavam, excluía e incluía alunos, foram situações que marcaram o momento dos exames.

Segundo Foucault:

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo o resultado, os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e por consequente utilizá-los ao máximo. (FOUCAULT, 1979, p. 107)

No acervo particular da Escola, foi possível fazer um estudo de duas Atas de Exames Finais, turmas anteriormente pesquisadas no Livro de Matrículas. A primeira foi a do ano de 1933 (1º Ano-2º turma) e a segunda foi a do ano de 1934 (1º ano-2º turno).

De acordo com Faria Filho:

Neles e por meio deles, objetiva-se cada vez mais uma ideia de ordem escolar, baseada na classificação, na seriação, enfim seleção de alunos, não apenas no interior de cada classe, mas no conjunto do sistema escolar, aproximando-se muito ou, mesmo identificando a noção de ordem com a homogeneização. (FARIA FILHO, 2000, p. 170)

O Livro de Atas de Exames Finais, apresentou como objetivo documentar os resultados finais após o término do Ano Letivo. A ata tinha o nome da presidência, que era a Exm^a. Sr^a. Diretora, bem como a Comissão Examinadora, era composta por professores do Colégio Elementar Félix da Cunha. Citam-se na mesma as séries dos Exames Finais e a sala de aula onde funcionava a turma mencionada.

No estudo do livro de Atas de Exames (1933 - 1º Ano - 2º Turma), constava os seguintes dados: Foram matriculados 88 alunos, 36 meninos e 52 meninas, conforme Tabela 12, p. 104, desta pesquisa. No término do ano escolar foram excluídos por motivo de doença e transferência 26 alunos,

portanto participando dos exames finais 62 alunos. As matérias que faziam parte das provas eram leitura, escrita, linguagem, aritmética, geografia, civismo, moral, geometria, ciências, higiene, lições de cousas (escrita da ata), desenho, ginástica, canto e trabalhos manuais. Foram aprovados com “distinção”, 22 alunos e suas notas foram dez (10,0) os alunos que foram aprovados com aproveitamento” plenamente”, 15 alunos, sendo que suas notas oscilavam entre nove e meio (9,5) e oito (8,0).O número de alunos reprovado desta turma foi de 2 ,enquanto não compareceram aos exames 23 alunos.A professora responsável por esta turma chamava-se Maria Brunet.

No estudo do livro de Atas de Exames (1934 - 1º Ano - 2º Turno), constava os seguintes dados: Foram matriculados 89 alunos, 58 meninas e 31 meninos, conforme Tabela 13, p. 106, desta pesquisa. No término do ano escolar foram eliminados por diversos motivos 28 alunos, restando 31 alunos para participarem dos Exames Finais. Deste total 3 foram reprovados e 5 alunos foram aprovados com distinção,notas entre 9,8 (nove e oito) e 9,6(nove e seis) e plenamente notas entre 9,5 (nove e cinco) e 8,0 (oito). As matérias que faziam parte das provas eram iguais aos dados acima citados. Os trabalhos manuais das provas finais eram de bordados e cartonagem. A professora responsável por esta turma chamava-se Adelaide de B. F. da Silva Del Grande.

Os exames de ginástica eram realizados em uma área do colégio, na maioria das vezes era entoado o Hino Nacional Brasileiro.

A realização da pesquisa nas Atas de Livros de Exames, foi possível somente nas turmas acima mencionadas, tendo em vista nos documentos em estudo não existir material dos anos de 1930, 1931, 1933. Portanto ficou sem resposta os motivos da lacuna, ou os dados não foram registrados, ou foram e perderam-se ao longo do tempo.

A partir do ano de 1909, após os colégios elementares serem criados, foi formulado o regimento interno que fora aprovado em 1910, bem

com o decreto 2.224, datado de 29 de novembro de 1916 ,nestas legislações eram previstas a organização do exames finais, bem como as datas de sua realização, a nominata da comissão de membros que eram no total de três. Nos colégios elementares a comissão teria como membro que coordenaria os trabalhos a figura do diretor.

No ano de 1927, o novo Decreto foi criado, o de número 3903 onde era previsto o regime interno das escolas públicas. Algumas orientações seguiam o decreto anterior, todavia o novo previa o cuidado que teriam com os alunos,sendo que deveriam ser separados, evitando a troca de informações entre eles, bem como a duração das provas.

Os exames finais foram vistos como um momento marcante para a escolarização, de acordo com Foucault:

O exame combina as técnicas de hierarquia que vigia e as de sanção que normaliza. É um controle normatizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. E por isso que, em todos os dispositivos de disciplina,o exame é altamente ritualizado.(FOUCAULT,1987,p.154).

Na data marcada para o exame, os membros da comissão dirigiam-se para a escola. Em um primeiro momento era entoado o Hino Nacional Brasileiro, após havia a conferência da lista de chamada dos alunos, observando a quantidade de alunos matriculados e os que faziam-se presentes.

Os exames finais mostravam aspectos relevantes, principalmente em relação as aprovações e reprovações,bem como as médias finais, onde os alunos eram classificados com conceitos, como por exemplo “com distinção” e “plenamente” (grifo meu). Também constava o número de alunos que não compareciam as provas.

No início do século XX ou nos anos seguintes, nas atas de exames, constavam dados expressivos de informações. As vezes constava a presença

de um Intendente, figura política destacada na comunidade, juntamente aos demais integrantes, que em sua maioria eram professores da escola.

De acordo com (LUCHESE, 2014) em muitas escolas, era bastante comum que os membros das comissões examinadoras, realizassem discursos enaltecendo os líderes políticos, a instrução pública e os alunos que destacaram-se pelo aproveitamento escolar no término do ano letivo.

Ainda segundo (LUCHESE, 2007) os professores eram classificados de acordo com os resultados dos exames, estendendo-se estas investigações para o grupo de professores e em alguns casos para a comunidade, onde poderiam as escolas serem fechadas. Mostravam-se de maneira contundente as relações de poder, durante a realização dos exames finais, pois muitas vezes os professores apresentavam nos momentos finais das avaliações, algum número de espetáculo demonstrando ações de patriotismo e civismo.

Muito comum almoços com registros fotográficos e publicações na imprensa local. Portanto os exames finais eram tidos como ápice da avaliação de final do ano letivo nas escolas.

CONCLUSÃO

As diversas discussões no tocante as construções das escolas primárias no término do século XIX e início do século XX estavam relacionadas com as mudanças pedagógicas. Houve um grande aumento dos alunos em idade escolar, além do processo de transformação na organização das cidades não somente no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul a cargo do governo federal. O ensino superior, enquanto os demais níveis de escolarização eram de responsabilidade da secretaria do interior dos Estados.

Em 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, vieram reformas na área da educação, dentre elas a criação do Ministério da Educação da Saúde, o Manifesto dos Pioneiros pela educação, que previa uma proposta de educação igualitária para todos mesmos os “pioneiros” (grifo meu) serem oriundos de classes privilegiadas, tinham o entendimento que somente o acesso aos bancos escolares levaria ao desenvolvimento social e econômico do país, a partir daí nasceu a preocupação de criar um projeto de nível nacional voltado para a educação. A escola serviu de um importante elo para propagar novas políticas, principalmente voltada para a construção de escolas, pois estes eram os objetivos do ideário republicano. Sendo a escolarização um problema, foi necessário vencer os desafios para a busca de um novo cidadão.

As ações conjuntas entre o Estado e a Igreja tiveram como consequências a criação de duas redes de ensino, de um lado a particular, voltada para as classes etilizadas e de outro a pública, voltada para a formação dos trabalhadores, fazendo parte as classes populares.

O governo com as propostas do Partido republicano rio-grandense desejava a modernização, e tinha o intuito de construir uma sociedade diferente da até então existente, foi através da escola que houve esta hegemonia, por conta da camada dirigente, havendo assim iniciativas por do poder público, bem como apoio da iniciativa privada. Portanto o projeto político da República, buscou mostrar através da educação a formação dos cidadãos para o mercado de trabalho, em contra partida o Estado teria o papel regulador da sociedade.

Importante adentrar nas conclusões pertinentes ao Colégio Elementar Félix da Cunha, desde seu processo histórico, culminando com o estudo do livro de Matrículas e as Atas de Exames Finais, bem como a criação do Colégio Elementar Félix da Cunha, e os demais criados no Estado, pois eram uma representação do Poder Público. Juntamente com outras construções, englobavam os empreendimentos das áreas ocupadas na zona urbana. O espaço visual mostrado a cada nova escola adquirida pelo Estado, representava a simbologia da instrução primária pública, ao mesmo tempo que existia mesmo ainda que de maneira subjetiva, o ideário de um grupo político, com marcas de uma administração centralizadora e autoritária. Os colégios elementares em um primeiro momento organizaram-se no interior do Rio Grande do Sul, embora a maioria dos municípios não fossem contemplados, os poucos edifícios construídos para atender as funções de ensinar eram ricos com seus ornamentos e bastante grandiosos, durante os primeiros anos de Regime Republicano. Juntamente com este, objeto de estudo desta pesquisa, também o Colégio Elementar Cassiano do Nascimento em Pelotas. As matrículas dos Colégios Elementares sempre foram de números elevados, na maioria das vezes superando os espaços disponíveis, sendo que em alguns momentos a escola necessitava trocar de endereço, como foi o caso do Colégio Elementar Félix da Cunha. Somente no ano de 1914, totalizava 29 colégios elementares, com um total de oito mil matrículas. A partir da criação destes colégios, os mesmos passaram a ter uma nova organização como diretor, secretaria, professor (um), regente para cada classe,

com salas e biblioteca. Em um mesmo momento, existiam tanto prédios que pertenciam a esfera pública, Estado ou Município, sendo que a maioria eram alugados. Os próprios, dividiam-se em duas modalidades, ou eram casas que o governo do Estado adquiriu, sendo adaptadas para o funcionamento das aulas e as que foram construídas pelo poder Público, fazendo com que as escolas idealizadas estivessem alinhadas ao projeto urbano da cidade. Assim representavam um prédio de destaque, pois foram construídos objetivando cumprir com as atividades inerentes a aprendizagem e ao ensino dos alunos. Com isso contemplavam, um dos principais programas de governo do regime político vigente.

Entendemos que quando são estudados, determinados espaços escolares, surge a interpretação que a mesma, sendo idealizada em determinado tempo e espaço possibilita materializar um novo pensar pedagógico na construção da educação.

Compreender a cultura escolar de um educandário é a maneira como os docentes, formavam este contexto no início do século XX, afirmamos que era uma ocupação predominantemente feminista, sendo a figura do diretor de total importância, seguindo as normas prescritas das autoridades do governo. Ressaltamos, que as fontes sobre professores entre final do século XIX e início do século XX, necessitam de uma profunda investigação, sendo que os dados sobre o assunto, ainda são precários.

Ao analisarmos sete turmas no Livro de Matrículas do 1º ano (s) Primário do Colégio Elementar Félix da Cunha entre 1930-1934 foi possível chegamos algumas conclusões. Primeiramente foram realizadas pesquisas nos Livros de Matrículas nas turmas de primeiros anos primários e posteriormente o acompanhamento no Livro de Atas de Exames de duas turmas (1933 – 2ª turma e 1934 – 1º ano – 2º turno). Enfatizamos que neste estudo foram observadas quatro categorias, sendo elas: gênero, idade, etnia e nacionalidade.

Entre as questões até então observadas no material do acervo particular da escola, iniciaremos com a categoria gênero. O número de alunos do sexo feminino na totalidade do estudo, era maior em relação aos alunos do sexo masculino, inclusive na 1ª turma estudada, não tinha nenhum menino. Entretanto as diferenças em números entre ambas eram pequenas. Estas questões são abrangentes porque envolvem mudanças em diferentes momentos históricos envolvendo vários grupos sociais, sendo que o espaço escolar também mostrou vários processos de discriminação, exemplificamos que a própria co-educação que deveria mostrar um tratamento igualitário para meninos e meninas, na prática não foi bem isso que aconteceu, pois mesmo compactuando de um mesmo espaço em muitas vezes as meninas tinham uma educação diferenciada.

A segunda categoria cujos resultados serão mostrados, é a categoria idade. A idade dos alunos observados nos registros em sua totalidade, oscilavam entre 6 (seis) anos e 13 (treze anos) havendo nos registros apenas um caso de uma aluna (tabela 13) com 14 (quatorze) anos. As informações pesquisadas apresentam dados semelhantes, a previsão legal do decreto n. 89 art. 39, que postula a respeito da admissão de matrículas nas escolas públicas. A terceira categoria é etnia neste ponto, houveram algumas dificuldades na pesquisa, tendo em vista as bibliografias não mostrarem com clareza o número de alunos negros nas escolas, nas primeiras décadas do regime republicano. A etnia na representação dos negros, sofreu exclusão, tanto em relação aos conteúdos ministrados, bem como a questão da cor, onde as ideias da época ora estudada eram voltados para o branco, com descendência européia. Havia por parte da escola uma certa limitação em relação a negros, pardos e brancos, inclusive as classes de alunos, demonstram um número pequeno de negros em relação aos brancos. Nos estudos dos Livros de Atas, as estatísticas não diferem do acima mencionado pois em todas as atas, o número de negros foi minoritário e em algumas turmas apareciam “misto ou pardo” (grifo meu), também em número reduzido. Um dado que foi notado (tabela 13) apresenta a aluna de maior idade, sendo

de cor branca, diferenciando dos demais estudos, onde os alunos de maior idade eram negros.

Quanto ao material investigado em relação as Atas de Exames Finais tivemos como resultados as seguintes análises. A do ano de 1933 (2º Turno), dos 88 alunos matriculados, o ano letivo foi encerrado com 62 alunos.

A quarta e última categoria analisada foi a nacionalidade. Na década de 1930 são apresentados textos (Santos e Mueller 2009) que começa a existir a valorização da brasilidade bem como teve início a construção de nossa nacionalidade. Sendo que na época acima mencionada já existiam no Brasil um número expressivo de escolas étnicas. Quanto aos números na coleta do material das atas, percebemos o grande índice de brasileiros, em relação as demais. Os poucos alunos, de diferentes nacionalidades, resumiam-se em espanhóis (maior número), ingleses, franceses, russos, italianos, árabe, etc.

Quanto a análise das Atas de Exames Finais pesquisadas, a do Ano de 1933 (2º Turno) e a de 1934 (2º turno), foram apresentadas as seguintes conclusões. A primeira iniciou o ano letivo com 88 alunos matriculados, sendo encerrado com 62 alunos. Na segunda foram matriculados 89 alunos, sendo encerrado com 58 alunos. Percebe-se uma evasão muito grande em ambas as turmas.

Concluimos, que a escola primária nos anos 1930 e nos próximos, teve um espaço de destaque no centro das grandes cidades, adquiriu uma identidade particular, na maioria das vezes, com localização privilegiada de maneira a proporcionar maior visibilidade à instituição.

A análise da instituição do Colégio Elementar Félix da Cunha, mostrou, assim como as demais no Rio Grande do Sul, alguns problemas. O principal seria em relação aos alunos e a grande evasão escolar. Assim, seria importante uma reflexão sobre as adaptações dos múltiplos prédios escolares ao longo da história, bem como, a relação desta com a sociedade e os sujeitos que nela são inseridos. Pensar nessas indagações, nos fez entender, como a

arquitetura e o espaço escolar são importantes para o patrimônio e a preservação dos centros urbanos, bem como a relação com a história e as memórias da educação.

Bibliografia

ALMEIDA, Jane Soares de, **Mulheres na Educação: Missão, vocação e destino? A feminização do Magistério ao longo do séc. XX.** In. SAVINI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SO: Autores Associados, 2004.

_____. **Propostas acerca da co-educação dos sexos nos finais do Século XIX: ambigüidades de ordem moral e religiosa.** In: I Congresso Brasileiro de História da Educação no Brasil: História e Historiografia- 6 a 9 de novembro de 2000. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Co-Educação ou Classes Mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo-1870-1930).** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. v.83. n.º 213/214, maio/dezembro 2005.

AMARAL, Giana Lange. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas.** 2.ed. Pelotas: Seiva. 2005 (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).

ANDRADE, Elia Barbosa de. **Nas trilhas da Co- Educação e do Ensino Misto em Sergipe (1842-1889).** São Cristovão. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe 2007. Orientador: Prof.º Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

_____. **Elia Barbosa de. Nas trilhas da Co-educação e do Ensino misto em Sergipe (1842-1889).** São Cristovão. 2007.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público: 2007.** Tese de doutorado. PUCRS.

_____. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835).** Pelotas: Armazém Literário, 1994.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** São Paulo: Contexto, 2006.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. Coleção História 11.

BARROZO, Vanessa Teixeira; ARRIADA, Eduardo. **O Ensino primário em Pelotas (1912-1980).** In: RUBIRA, Luis (Org.). Almanaque do Bicentenário de Pelotas. Volume 3. Pelotas: Editora João Eduardo Keiber, 2014.

BENCONSTTA, Marcus Levy Albino (org.) **Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928).** IN: Benconstta, Marcus Levy Albino (org.). História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

BÌSCARO, Cláudia Regina Renda. **A Construção das Identidades de gênero na educação infantil.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco-Minas Gerais. 2009.

BOEIRA, Nelson. **O Rio Grande de Augusto Comte.** In: TRINDADE, Héglio (Org.). **O Positivismo: Teoria e prática.** 2ª edição. Porto Alegre; UFRGS Editora, 2007.

Cadernos de História da Educação. Jul./Dez. v.8 n°2, 2009. **Nacionalismo e Cultura Escolar no Governo Vargas: faces da construção da Brasilidade.** Ademir Valdir dos Santos e Helena Isabel Mueller.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa/Rio de Janeiro. Difel/Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **Esboço de uma teoria da prática.** In: Ortiz, Renato (Org.) Pierre Bourdieu: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

CARVALHO, Marta. M. Chagas de. **A Escola e a República,** São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo; **a escola pública no Rio Grande do Sul (1899/1930).** História da Educação (online) Porto Alegre, n°4, 1998, p.57-75. [Links].

_____, Berenice. **O poder em migalhas- a escola no Rio Grande do Sul na 1ª República.** Tese de Doutorado. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

CRUZ, Maria Angélica Piauilino. **As representações sociais partilhadas por professores acerca da interação entre alunos migrantes e nativos do**

Colégio Agrícola de Bom Jesus- Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Piauí- Programa de Educação-2013.

D'AVILA, Antonio, **Práticas Escolares**-1º volume- 7º edição.Edição Saraiva, São Paulo,1955.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O “gigante do alto de Bronze”: Um estudo sobre o espaço e a Arquitetura Escolar no Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913_1930).**Dissertação de Mestrado.- Pontifícia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2011.

FARIA,Filho, Luciano Mendes de.**Dos pardieiros aos palácios:**Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.Passofundo.UPF. 2000.

FELIPE,Jane. **Sexualidade nos livros infantis: Relações de gênero e outras implicações.** in Meyer,Dagmar E. (org.).Saúde e Sexualidade na escola.Porto Alegre:Mediação, 1998,p.77-89.

FERNANDES,Florestan.**A integração do negro na sociedade de classes.O legado da “Raça Branca”.**3ªEdição. São Paulo.Ática,1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis. Vozes,1997.

_____**Microfísica do Poder,** Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro.Edição Graal,1979.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Maurilaine de Souza Bicca. História Social da Educação (1926-1996).** São Paulo.Cortez Editora,2008.

FREITAS,M.A.Teixeira.**A estatística e a organização nacional.Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro, n.5, p.90-105. Jan.-mar. 1941.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Usos do Tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas paulistas (1890-1929).** São Paulo:USP, 2003, 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade de São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª. Edição. SãoPaulo: Atlas, 2010.

GIL, Natalia de Lacerda. **A dimensão da educação nacional:um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira.**Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP. 2007.

GIOLO, Jaime. Lança e grafite: **A Instrução no Rio Grande do Sul- da primeira escola ao final do império.** Passo Fundo. UPF,1994.

GOMES, Manuel. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro. Aurora. 1975.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira. **Negros e Educação no Brasil**. In: Lopes, Eliane Maria Teixeira, Farias Filho, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.) 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar: Práticas e Produção dos Grupos Escolares em Minas Gerais. (1891-1918)**. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

GUIRALDELLI Junior Paulo. **História da Educação**, 2ª Edição, São Paulo. Cortez Editora, 1994.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro; Graal, 1979. [Links].

HERZOG, Vivian. Objetos biográficos: **Um estudo sobre a fotografia na Revista Ilustração Pelotense**. IN. Mihelon, Francisca Ferreira, Tavares Francine Silveira (Orgs) Fotografia e Memória: ensaios. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPEL.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KAUTZMANN, Maria Eunice Muller. **Colégio Elementar de Taquara** in: NEUBERGER. Lotário (org.) RS. Educação e sua História. Círculo de Pesquisas Literárias. Porto Alegre: EDIPLAT. 1980.

LUCHESI, T.A. **O processo escolar entre imigrantes na região colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930**. Leggere, scrivere e calcolare per esere alcuno nellavita. 2007. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Educação Polonesa: Os fundamentos da Educação Escolar Étnica**. Revisitados. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa. "História, Sociedade e Educação no Brasil" Anais Eletrônicos ISBN-978-85-7745-551-5. (2012).

MAGALHÃES, Mario Osório. **Histórias e Tradições de Pelotas**. Pelotas. Ed. Armazém Literário. 1999

_____, **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas**. Pelotas: EDUFPEL: Co-edição Livraria mundial, 1993.

MENSAGEM enviada a Assembleia dos Representantes do Estado do rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas, na 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura, em 21 de janeiro de 1929. Porto Alegre: A Federação, 1929.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da Modernidade brasileira: a Escola Nova.** São Paulo: Cortez: Autores Associados (coleção educação contemporânea: série memória da Educação), 1989.

MORIM, Edigar. **Os sete sabores necessários a Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

MULLER, Maria Lucia. **Professoras Negras na Primeira República.** Cadernos PENESB, Niterói: Intertexto, 1999. [Links].

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 2ª Edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2009.

NEVES, Helena de Araujo. **O ensino privado em Pelotas – RS na propaganda impressa: séculos XIX, XX, XXI.** (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas. 2012.

NÓVOA, Antônio Evidentemente. **Histórias da Educação.** Portugal: Edições Asa, 2004.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930).** Imagens e Imprensa. Tese Doutorado em Educação-Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas. 2012.

PACHECO, Graciema. **Cultura e educação nos anos 30 (Painel 3).** In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: UFRGS/ERUS, 1983.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. **Cultura e educação nos anos 30 (Painel 3).** In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: UFRGS/ERUS, 1983.

PERES, Eliana T. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: a escola como oficina da vida-discurso pedagógicos e práticas escolares da escola pública gaúcha(1909-1959).** Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

PESAVENTO, Sandra. **A burguesia gaúcha; dominação do capital e disciplina do Trabalho. (RS:1889-1930):** Mercado Aberto, 1998.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio**

Grandense e a política indigenista na República Velha. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado UFRGS, 1997.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930).** Porto Alegre: L&PM, 1986.

RODRIGUEZ, Ricardo de Vélez. **Castilhismo: uma Filosofia da República.** Porto Alegre: Est. 1980.

SANTOS,Guerra, Miguel, Angel:**Entre Bastidores:o lado oculto da organização escolar.**Porto. Edições Asa. 2002.

SAVIANI,Dermeval.**O legado educacional no Século XX no Brasil.**Campinas.SP.Autores Associados, 2004.

SCHUARTZMAN,S. Bomeny,H.Costa, V.M.R. **Tempos de Capanema.**São Paulo:Paz e Terra,2000.

SCHUELER, Alessandra. “**A grandeza da Pátria e a riqueza do Estado**”.**Estudo sobre a expansão da escola primária e graduada no Rio de Janeiro a partir das Mensagens da Presidência do Estado à Assembléia Legislativa (1892-1930).**Relatório de Pesquisa.Projeto integrado.Por uma teoria e uma história da escola graduada no Brasil:Investigação comparada. (Coordenadora Responsável Rosa Fátima de Souza.Edital Universal CNPq,2008-2010). Araraquara, 2010.

SOUZA,Angelo Ricardo. **A escola por dentro e por fora: a cultura da escola e a descentralização financeira.** in Revista Ibero-americana de educação.<http://www.campus-oei.org/revista/fin-edu3.htm> consulta:2006

SOUZA, Rosa Fátima de.**Templos de Civilização:a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).**São Paulo. UNESP,1998.

SPOSITO, Marília. **O povo vai à escola.**SãoPaulo:Loyola, 1984.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação. A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo, 1995.** Pelotas: UFPEL.

_____. **Introdução e história da Educação no Rio Grande do Sul.** Pelotas: Seiva/ Ed. Universitária, 2000.

_____. **Profissionalização, Escola normal e feminilização e Magistério Sul Rio-grandense de Instrução Pública no Século XIX,** in Hist. da Educação n. 3. Vol. 2. Pelotas Editora da UFPEL, abril 1998 [3557]

_____. **Educação e positivismo no Brasil.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

VEIGA, Cyntia Greive. **República e Educação no Brasil (1889-1971)**. in História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **História Social da Infância: Crianças pobres e não brancas na institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais XIX. Relatório de pós-doutoramento**. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **A produção da Infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no Século XIX**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 9 p.73-108. Jan./Jun.2005 [2005].

_____. **História da Educação São Paulo: Ática – 2007**.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Mapa de Frequência e escolas de primeiras letras**. Revista Brasileira de História da Educação. nº 17, 2008. P.41-67.

VIEIRA, Maria de Araujo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, KHOURY, Yara, Maria. Aun. **A Pesquisa em História. Série Princípios**. São Paulo, Ática. 1991.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Braganda Paulista: EDUSF 2002.

Relatórios

Relatório da Instrução Pública do Estado do Governo do Rio Grande do Sul, 1911, p.16.

Relatório da Instrução Pública do Estado do Governo do Rio Grande do Sul, 1914, p.9

Relatório da Instrução Pública do Estado do Governo do Rio Grande do Sul, 1921, p.143.

Relatório da Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1921, vol.II, p.188.

Relatório da Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1921, vol.II, p.25.

Relatório Escolar do Colégio Félix da Cunha. 1927. Álbum dos Cem Anos da Escola-Acervo Particular.

Revistas

Revista Brasileira de Educação onlineversion SSN 1809-449 x. Revista brasileira Educação.vol.13 n°39. Rio de Janeiro. Sept./Cec. 2008.

Revista Brasileira de Educação. N°15 Rio de Janeiro. Sept./Dec. 2000.Luis Alberto Oliveira Gonçalves, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Movimento Negro e Educação.

Revista da Educação da ASPHE v.19. n°46 maio/agosto de 2015.

Revista da Educação da ASPHE, v.19 n 46 maio/agosto 2015- Natália Gil-Freqüência dos alunos e mapas de freqüência nas escolas de primeiras letras.

Revista Histedbronline. Campinas. N° especial p.102-123. Agosto 2006-ISSN:1676-2584. Texto de Azilde Lina Andreotti.

Revista História da Educação (online). Porto Alegre. V.19 n°46. Maio/Agosto de 2015 p.19-40.O tempo,a idade e a permanência na escola:Um estudo a partir dos livros de matrículas. (Rio Grande do Sul- 1895-1919).Natália de Lacerda Gil e Joseane El Hawat.

Revista História da Educação. Vol. 18 n° 44 Santa Maria. Sept./Dec. 2004

Revista História da Educação-onlineversion ISSN 2236-3459.

Revista.Diálogo Educação, vol.14,n°41 p.261-285,jan/abr./2014

Revista Ilustração Pelotense de 1º de Agosto de 1920. Ano II n. 15, p. 20.

Revista Ilustrações Pelotense fevereiro de 1921. n. 4, Ano III, 16 de fevereiro de 1921, p. 13.

Revista Ilustrações Pelotense. Ano III, nº 7, 1º de abril de 1921, pág. 1.

Jornais

Diário Popular- n° 163 16/07/1924

Diário Popular- n° 277 9/12/1915

Diário Popular-n 26 31/1/1914

Diário Popular-n° 25/08/1990

Diário Popular-n.º.224 1.º/10/1919

Diário Popular-n.º.43 20/02/1917

Opinião Pública-31/10/1916

Opinião Pública-12/11/1930

Sites

http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372545907_ARQUIVO_TEXTOCMUNatransicaorural-urbana.pdf acessado em 17 de agosto de 2015.

<Http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nxHgDreGm4kJ:ecletismoempelotas.files.wordpress.com/2011/05/o-ecletismo-historicista-em-pelotas-1870-1931.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, p. 15, acesso em 19 de maio de 2014.